

## UTILIZAÇÃO CULTURAL DE MATERIAL DE MUSEU

MÁRIO NEME

### INTRODUÇÃO

A expressão “utilização cultural de material de museu” sugere uma das duas funções que primordialmente competem a esse gênero de instituições; sendo a primeira a coleta de peças, organização de coleções e sua conservação; a segunda o uso dessas coleções para os fins a que se destinam.

Nas duas funções mencionadas estão compreendidas todas as atividades culturais dos museus: a formação do acervo de peças e o emprêgo adequado desse acervo. Justifica-se assim que, a bem da clareza e de uma compreensão mais direta do assunto, se diga “utilização cultural de material de museu” e não simplesmente “utilização de material de museu”.

Este primeiro exemplo nos deve advertir de que em matéria de museu, como ainda no concernente a numerosos ramos de conhecimento, nunca é demais insistir no óbvio, no evidente, no já-sabido. Com efeito, nesta classe de fatos — óbvios, evidentes, já-sabidos — inclui-se com certeza a maior parte do que se pode ou se há de dizer acêrca das atividades culturais do museu. Assim sendo, não nos furtaremos a expor em minúcias como encaramos o assunto que nos compete relatar, apesar de repetidamente nos arriscarmos a incidir no cediço e no enfadonho. Trata-se aqui não sômente de propor soluções, mas de dar ênfase às necessidades e exigências que tais soluções impõem.

Como relator do sub-setor de História, do grupo de Artes e História do III Congresso Brasileiro de Museus (1962), cabe-nos oferecer sugestões relativas à “utilização cultural

de material de museu". Devendo tais sugestões representar o máximo que se possa obter na matéria dispômo-nos a alinhar em seguida tôdas as formas de uso que nos ocorram, com base na experiência pessoal, na bibliografia especializada, em idéias próprias e de companheiros de trabalho. (A nossa experiência pessoal provém do trabalho desenvolvido na montagem e funcionamento da Exposição de História de São Paulo no quadro da História do Brasil, comemorativa do IV Centenário da Cidade de São Paulo (1953-56), na instituição da Casa do Bandeirante, em São Paulo (1953), na remontagem e funcionamento da Exposição de Artes e Técnicas Populares (1956-57), na Junta Coordenadora dos Museus Municipais, da Secretaria de Educação e Cultura da Municipalidade de São Paulo (1958-59) e no Museu Paulista (a partir de 1960).

#### O MATERIAL DE MUSEU E AS POSIÇÕES QUE ASSUME

Para que nos conformemos ao tema que nos foi confiado, cumpre-nos proceder a uma explanação na qual o objeto destacadamente pôsto em foco não seja o museu propriamente dito, nem as suas diferentes e importantes funções, mas o conjunto de peças e coleções que se identificam como "material de museu". Assim sendo, a utilização cultural de material de museu deve pressupor, como fato a considerar, a posição em que se encontra êste material no momento de ser utilizado. Não será demais, portanto, tentar estabelecer uma correlação entre a posição ou estado do material, num momento dado, e a modalidade de utilização que dêle se faz, nêsse dado momento.

1. Segundo imaginamos, são três os estados em que se encontra o material de museu, referido aos fins culturais a que se destina, correspondendo cada um dêles a uma forma, modalidade ou estágio de uso. Diremos, então, que o material encontra-se, conforme a modalidade de utilização a que se presta, em estado *quiescente*, em estado *latente*, em estado *atuante*.

2. Esta classificação, com que se procura realçar o material de museu, conferindo-lhe o caráter de entidade, não tem valor metodológico; apenas nos vai permitir expor o as-

sunto de maneira mais consentânea com o tema que nos foi proposto, e na explanação do qual teremos, portanto, de nos ater às três divisões estabelecidas.

Assim, fixadas as três posições assumidas pelo material de museu, em relação ao seu uso e ao momento de uso, tentemos analisá-las em face dos fins culturais a que respondem e correspondem.

## ESTADO QUIESCENTE DO MATERIAL DE MUSEU

Com relação ao material de museu, falamos de estado quiescente como a lembrar as águas paradas de um lago; posição de quietude, de imobilidade que não exclui absolutamente a impressão de vida, como a que nos transmite um ser vivente em repouso e adormecido. Tal o estado das coleções de museu quando se acham na situação que lhes é própria, situação que diríamos normal, conservadas em armários, estantes, arquivos, caixas, etc. Embora não estejam em uso, em uso real e atual, em uso no sentido curial do termo, elas mantêm integralmente os seus predicados, as suas aptidões, a sua capacidade de uso. Daí exatamente o valor que se lhes atribui: elas valem pelo que são, pelo fato de existirem, pelos atributos que conservam. No estado quiescente em que existem e permanecem, elas são a razão de ser do museu.

### *A CONSERVAÇÃO COMO UTILIZAÇÃO CULTURAL*

As coleções dão a razão de ser ao museu, determinam a sua existência e a sua manutenção, exigem que ele funcione. E nisto consiste a primeira forma de utilização cultural de material de museu. Trata-se exatamente da função precípua dos museus, aquela que se define pela obrigação de conservar o seu acervo de peças. Função cultural das mais importantes, a conservação das coleções é a atividade a que por definição se destinam as instituições do gênero.

Êste o seu primeiro dever, a missão para a qual devem estar atentas, em permanente vigília, desde que se compenstrem de que as coleções que lhes estão confiadas destinam-se tanto às gerações presentes quanto às gerações futuras. Estamos aqui diante de um patrimônio cultural — seja de caráter histórico, seja de caráter antropológico, zoológico, físico-químico, seja de que caráter fôr — que interessa não apenas a êstes grupos de cientistas e curiosos que nos cer-

cam, a estas parcelas de povo que nos visitam, mas a tóda a comunidade, a tóda a nacionalidade, a tóda a humanidade.

Conservar as peças e transmiti-las às gerações futuras, no seu estado de autenticidade e pureza original, é pois a primeira modalidade de utilização cultural a que tem de dedicar-se o museu.

1. Sem pretender analisar aqui, por descabido, a imensa significação política, social, artística e científica de que se reveste esta forma de preservação e transmissão de espécies de bens culturais — representativas da marcha das idéias e das ciências, do desenvolvimento das artes, dos estágios de civilização de um povo, de fases da sua história — podemos dizer que esta tarefa é tão importante, tão essencial e insubstituível, que na eventualidade de uma opção necessária, no âmbito da economia doméstica de um museu, tudo o mais se deve sacrificar para que ela não o seja. Não dizemos que se sacrifiquem, como ponto de programa, como norma de ação, as demais modalidades de utilização do material de museu em benefício de sua preservação e resguardo; apenas que, no caso de prevalecerem circunstâncias adversas, seja esta atividade a última a sofrer restrições. E, ainda que, se por escassez de meios a conservação do material de um museu tiver de ser prejudicada, em favor, por exemplo de mais ricas exposições públicas, isto não se fará sem grave delito contra os altos interesses da cultura.

Assim resumindo o que consideramos a primeira modalidade de utilização cultural de material de museu, queremos sugerir que numa Carta de Princípios dos museólogos brasileiros que se venha a adotar um dia seja incluído, pela melhor forma, o que diga que *a conservação das coleções, para preservação do estado original das peças e sua transmissão às gerações que se hão de suceder, é o primeiro e principal dever do museu.*

2. Não nos cabe inquirir dos processos técnicos de conservação do material de museu. Mas é sabido que a complexa atividade museológica que se resume e se condensa no termo “conservação” exige entre outras coisas a defesa das coleções contra ataques de agentes de destruição físicos, químicos e biológicos. Esta defesa implica o emprêgo de técnicas especializadas e de pessoal adestrado. Implica a existência de aparelhamento especial, de câmaras de expurgo, de estufas, condicionadores de ar, instalações de aquecimento e

resfriamento, e outros mais. Implica a atividade, constante, diligente, vigilante, de pessoal habilitado nestes diversos tipos de trabalho, no manejo de drogas, de máquinas, de aparelhos especialmente construídos para os fins de defesa e preservação.

Temos, pois, que o “material de museu”, como é conhecido, precisa passar por uma série de estudos, exames, medições, a fim de “organizar-se”. Depois de organizado, para que se mantenha no estado que lhe é próprio e peculiar, tem de ficar sujeito a permanente atenção, cuidado e tratamento. Restringindo-se ao exemplo do museu de história, podemos dizer, resumindo, que para um e outro conjunto destes trabalhos é necessária não só a presença mas a continuidade de serviços especializados, a cargo de pessoal altamente habilitado. Estes dois gêneros de trabalho exigem a colaboração de um grupo de servidores aos quais se costuma dar o nome de “conservadores de museu”, e que têm de possuir conhecimentos extensos sobre as várias classes de material de museu, como: armaria, indumentária, adôrnos, mobiliário, vituras, ourivesaria, cerâmica, iconografia, numismática, documentação manuscrita e impressa (bibliográfica).

Cada um destes “conservadores”, no quadro de um mesmo estabelecimento, tem de especializar-se no trabalho de identificação, classificação e catalogação de uma, duas ou mais classes de material.

3. Para que em seguida o material possa manter-se íntegro, organizado e acessível, exige-se o trabalho de outro grupo de servidores, como sejam licenciados em física e química, conservadores especializados, restauradores, bibliotecários, fotógrafos, etc.; e para todos estes, assim como para os do primeiro grupo, o número conveniente de auxiliares.

Impõe-se, portanto, a pergunta: Dispõem os museus brasileiros desse aparelhamento técnico e desses servidores especializados em número necessário?

Todos sabem que não. Não há talvez um único museu em todo o Brasil que possa orgulhar-se de possuí-los em quantidade e qualidade que lhe permitam cumprir, como deve, a sua missão precípua de colecionar peças e conservá-las, para preservação disto que representa o mais autêntico patrimônio cultural do povo brasileiro.

Para esta situação de deficiência e estrangulamento em que vivem os museus contribuem: a insensibilidade dos homens de govêrno para os problemas da cultura nacional; a inadequação do sistema fazendário dos governos da União e dos Estados à cada vez mais imperiosa necessidade de decisões rápidas no tocante à compra de interesse museológico, de maneira que os governos, juntamente com os seus Tribunais de Contas, cada vez se mostram mais cegos ante a relevância da missão dos museus referida à aquisição e acumulação de bens de valor histórico, artístico e científico; a falta de noção ou consciência dos altos interesses da Cultura nos líderes das chamadas classes dirigentes e nos responsáveis pelo desenvolvimento espiritual da nação; e, em consequência de tudo isso, a ausência de uma política oficial de museus, pela qual se garantisse a estas instituições um mínimo pelo menos de organização racional, de recursos em meios materiais e em elemento humano, e um mínimo indispensável de liberdade de ação.

#### *SUGESTÕES PARA UMA POLÍTICA DE MUSEUS*

A ausência de uma política oficial de museus, no âmbito da União, dos Estados e dos Municípios, é pois o núcleo gerador de grande parte dos males de que padecem as instituições do gênero no Brasil.

1. O problema talvez se encaminhasse para uma solução satisfatória se, no quadro de uma tal política, os museus fôsem transformados em autarquias, subvencionadas pelo poder público, mediante porcentagem obrigatória sôbre determinado impôsto. (Isto não excluiria a possibilidade de serem auxiliados por organizações particulares, como entidades representativas das classes produtoras, comerciais, bancárias, e por entidades do tipo Rotary, Lion's, e ainda por Associações de Amigos do Museu que se viessem a criar). Muitos dos entraves burocráticos que cerceam as atividades do museu seriam automaticamente eliminados, ou atenuados, além de que passariam êles a gozar de maior autonomia de ação e decisão. Assim, a transformação dos museus em autarquias constituiria o ponto cardial de uma política oficial de museus, política que é, a nosso ver, o mais alto objetivo para o qual devem os museólogos brasileiros voltar no momento a sua atenção.

2. Os museus de maior expressão cultural, de mais rico patrimônio, passariam a fazer parte integrante das Universidades, como institutos, encaminhando-se assim para cooperar na melhoria do ensino especializado e beneficiando ao mesmo tempo da colaboração de Faculdades, departamentos e cadeiras.

3. Os de menor campo de ação, como os regionais e municipais, se congregariam num sistema de auxílio mútuo, em rêsdes de cooperação e assistência, sob a proteção dos Estados e dos Municípios, além da eventual ajuda de entidades particulares locais. A êste assunto voltaremos adiante.

4. Mas para a eficácia de uma política oficial de museus é necessário antes de tudo que se crie e se desenvolva, em tôdas as comunidades, em todos os Estados, em todo o País, uma consciência museológica. Como, porém, alcançar êste objetivo, se os museus dos quais deve partir a iniciativa, o apêlo para a consciência popular — permanecem entocados, inermes e refratários ao contacto e ao esclarecimento da opinião pública, como envergonhados da própria desdita?

Não sabemos de nenhum movimento coletivo, solidário, dos museólogos brasileiros no sentido de despertar a simpatia popular para o museu, de atrair para o seu convívio os artistas e intelectuais, de inculir no espírito dos politicos e das autoridades a idéia de que o museu presta serviços inestimáveis e insubstituíveis na preservação e reviviscência das tradições mais altas da Nação, serviços inestimáveis na difusão artística, na educação popular, na democratização da cultura. Nada se faz em favor da instituição como tal, nem para mostrar que ela constitui uma tarefa do Estado, da Nação. Não sabemos sequer de uma campanha de cartazes em favor dos museus, como a que a Unesco realizou na Europa em 1956 por ocasião do seu décimo aniversário. Não sabemos de uma Semana do Museu, com o seu ciclo de publicidade na imprensa, no rádio, na televisão, no cinema, entrevistas, conferências, recepção a governadores e ministros, flâmulas, distintivos, paradas de escolares, alocações nas escolas, dissertações pelos alunos, cinema educativo, brindes, maratonas e coisas assim.



## O PROBLEMA DOS MUSEUS MUNICIPAIS

Não pretendíamos — nem nos competia — aprofundar estes diversos aspectos do problema, que apenas abordamos por interferirem com o assunto que nos cabe relatar. Acreditamos, porém, que é chegado o momento de provocar a discussão em torno de questões que, embora situadas num âmbito mais restrito, estão efetivamente na base do problema mais amplo e mais geral da museologia brasileira. Referimo-nos à necessidade da ação dos Estados no incremento da criação de museus municipais e na assistência efetiva a essa classe de instituições, como primeiro fundamento de uma Política Oficial de Museus. Desejamos transpô-lo para aqui, na esperança de vê-lo debatido e esclarecido em plano nacional — tão considerável é a importância que lhe atribuímos.

1. Nota-se em certos Estados, por influência de elementos estrategicamente colocados nas Secretarias de Educação, a tendência a criar nas cidades do Interior uma série ou cadeia de museus supostamente articulados com o sistema oficial de ensino primário e secundário. Conforme nos foi solicitado em face de um caso concreto, dissemos em dada oportunidade que o Estado deveria, ao contrário do que vinha permitindo que se fizesse, fomentar a criação de verdadeiros Museus Municipais, entregando-lhes as sedes dos museus já por êle, Estado, criados, e dispondo-se a prestar-lhes auxílio e assistência técnica e científica indispensável à sua organização e funcionamento. Para isto, o Estado criaria e manteria cinco ou seis Museus Regionais, de tal modo distribuídos pelo território do Estado, que dêles se pudesse dar assistência pronta e direta aos Museus Municipais de cada região.

Justificávamos esta proposta, em resumo, encarecendo o seguinte: Não basta criar museus, sem lhes dar a organização e os recursos indispensáveis não só ao seu crescimento, mas ao aproveitamento do seu acervo e à sua conservação — e era isto o que estava acontecendo com cerca de trinta museus já criados pelo Estado em cidades do Interior.

2. A criação de um museu pressupõe a existência e organização de valiosas coleções que devam ser preservadas e mereçam constituir início de um cometimento no gênero. (Neste sentido, o próprio arquivo municipal representa um

patrimônio a exigir a constituição de um órgão encarregado da sua guarda, da sua conservação, do seu aproveitamento). Quanto à organização, para que possa, bem ou mal, cumprir as suas funções de museu histórico, ou melhor dito, de um museu de História, teria êle de se constituir orgânicamente, com direção, com órgãos científicos, órgãos técnicos, serviços auxiliares, funções próprias e objetivos definidos.

3. Um museu precisa de catalogação, compreendendo arrolamentos, fichas identificadoras, descritivas, analíticas, de consulta, etc., para fins administrativos, de estudos, de exposição, de informação; isto exige o trabalho de especialistas dotados de conhecimentos específicos, aptos a lidar com grupos de objetos como documentos, pintura, gravura e escultura, louças e cristais, ourivesaria, numismática, armaria, indumentária, espécies folclóricas, etc. Êstes técnicos têm de conhecer e reconhecer, para cada grupo dos referidos objetos, os dados referentes a natureza, uso e procedência, estilo, valor, raridade, autenticidade, etc., o que em geral exige buscas demoradas de vária espécie.

Os objetos de um museu têm de ser conservados integralmente, protegidos contra os agentes naturais de destruição. Êles se constituem de madeira, de tecidos, de ferro, de papéis, de tintas, etc., permanentemente sujeitos à ação de cupins, paporófilos, poeiras, calor, umidade. Exigem-se para êsse trabalho: câmaras de expurgos, banhos de luz, estufas, materiais de laboratório, etc. Para tais serviços requer-se permanente atenção de pessoal habilitado.

Um museu necessita de restauradores, instalações, material e aparelhos que permitem o diagnóstico preciso das avarias, alterações, adulterações sofridas pelos objetos (telas, gravuras, móveis, tecidos, manuscritos, armas, etc.) na sua natureza, contextura, forma, estilo, para devolver-lhes o caráter original.

Um museu precisa de depósitos convenientemente instalados e apropriados aos vários gêneros de objetos, para que êstes fiquem dispostos de maneira a atender às conveniências de segurança, manejabilidade, ordenação, com vistas a preservação, consulta e estudo. Para tal serviço é necessário pelo menos um trabalhador habilitado, por menor que seja o acervo.

Um museu precisa de oficina de carpintaria e eletricidade, de decoração, desenho, pintura e paginação (montagem).

Precisa de serviço de fotografia (laboratório) e microfilmagem, para vários fins.

Precisa de uma biblioteca especializada, de uma sala de reuniões, cursos e conferências, com projetor cinematográfico, projetor de "slides" e reproduzidor de som.

Precisa de uma secretaria, de um almoxarifado e seus funcionários.

Precisa de um corpo de servidores de limpeza, transporte, comunicação.

Precisa de móveis, estantes, máquinas de escrever, calcular, etc., fichários, mapotecas. E de muitas outras coisas.

4. Sabe-se que os Estados, incluídos os de maior riqueza e prosperidade, não fornecem — e tradicionalmente não fornecem — os recursos necessários ao desenvolvimento de um ou outro museu que mantêm em suas Capitais, condenando-os, em muitos casos, a uma vida meramente vegetativa, sem possibilidade de criar serviços, de ampliar os existentes, de cumprir, enfim, as suas funções. Nisto não vai nenhum derrotismo; é um fato corriqueiro e por demais sabido.

Se, pois, ao lado desse antigo museu, localizado na Capital do Estado, já dono de algum renome, já dotado de alguma organização, já possuidor de um acervo digno de apreço e de aproveitamento, o Estado passa a alinhar trinta, sessenta, cem outros, distribuídos por cidades do Interior, qual a perspectiva de progresso que se oferece tanto à antiga como a estas novas unidades? Diante de tão larga (e insensata) safra de museus do Estado, podemos afirmar com a mais absoluta convicção que nunca haverá condições para um razoável funcionamento, não dizemos de todos, mas de apenas alguns deles, e isso mesmo que numa situação especialmente favorável se viesse a verificar uma espantosa guinada na administração pública em favor das atividades culturais desinteressadas.

Encarando-se pois a questão com espírito prático, é forçoso reconhecer o grave erro que o Estado comete com a criação indiscriminada de museus no Interior, quando, antes

de invadir a área municipal, compete-lhe favorecer e estimular a criação de verdadeiros Museus Municipais. Estes são da responsabilidade dos municípios, nêles o Estado não tem ingerência, nêles se reúne, como a parte mais substancial e valiosa do seu patrimônio, a documentação histórica das comunas e, principalmente, como museus municipais, êles têm missão muito mais modesta, muito mais exequível, muito mais consentânea com o meio a que devem servir. Por pouco que façam, não comprometem a administração, ao passo que um museu custeado e gerido pelo Estado, da responsabilidade do Estado, não deve e não pode ser proposto a fins menos consoantes com a alta função cultural que lhe cabe desempenhar na civilização moderna.

5. No quadro de uma Política Estadual de Museus, em que se encaixariam cinco ou seis museus regionais que seriam os focos de concentração de estudos e irradiação de estímulos e de assistência aos municipais, não há lugar para aquêles ditos museus do Estado pretensiosamente vinculados ao seu aparelhamento escolar, museus que, nascidos de um equívoco, só poderão apresentar resultados contraproducentes, quando não totalmente nefastos.

O equívoco se demonstra fâcilmente, diante do fato de êles terem sido criados a pretexto de servirem como museus de interesse e da economia interna das escolas estaduais localizadas no Município, embora nada contenham que sugira orientação, estrutura ou objetivo pedagógico. De modo sumário, o aparelho educacional do Estado se compõe de escolas e de serviços administrativos auxiliares. Todo êste aparelho existe em função das escolas, escolas que têm seu caráter próprio, assim como os museus, tomados no sentido curial, têm a sua própria natureza e seus fins específicos. A escola tem uma vida íntima, recolhida, como instituição destinada ao ensino curricular e à formação de uma consciência escolar, ou mesmo educacional. Os museus, notadamente os históricos, são propostos à população de todos os níveis de idade, e sua função educativa, que é de índole cívica, moral e ética, se exerce, pelo exemplo e pela sugestão, sobre tôdas as camadas do povo. Basta esta caracterização de um e outro organismo para que se veja como os museus destinados ao grande público não se encaixam com propriedade nos interesses, nas atividades e nos objetivos do aparelho educacional do Estado.

Este primeiro equívoco tem levado a outros, não menos graves, como o de se pretender que os escolares participem das atividades de tais museus. Mas os trabalhos de um museu têm de obedecer forçosamente a uma linha de continuidade e desenvolvimento; um único objeto para ser catalogado constitui muitas vezes um problema cuja solução demanda longas pesquisas até que chegue a ser convenientemente classificado. Como pois pretender que tarefas desse tipo possam ser cometidas a escolares?

6. Talvez tenha servido para alimentar tais idéias sobre museus o fato de escolas, cadeiras, professores haverem sempre estimulado atividades "parecidas" com as de um museólogo: herbários, coleções de insetos, gabinetes de história natural sempre implicaram em atividades de coleta, de estudo, de exposição e coleção, permitindo a participação de alunos no processo educativo inerente à tarefa. Isso — como as práticas da escola ativa, com a formação de centros de interesse — vem servindo para que as crianças e os adolescentes tenham uma atuação mais viva no aprendizado, mas sempre no âmbito das escolas. E no âmbito delas também é que se têm desenvolvido museus escolares, que, por isso mesmo, se constituem tão somente em função do currículo escolar e são formados de recortes, estampas, reproduções e objetos sem valor intrínseco — nunca envolvendo uma peça rara, importante e singular, que tenha pertencido a uma personalidade de relevo ou que diga respeito a um fato de significação para a vida do País. O típico museu escolar nunca pretendeu sair do âmbito da escola, único lugar onde devem estar os museus do aparelho educacional, despojados de propósitos que a rigor não são os seus.

7. De toda a errônea insistência em criar museus sem condições de vida, sem organização, sem coleções, sem nada mais que algumas peças obtidas de favor, têm decorrido efeitos nefastos, em contrário à formação de uma consciência museológica, tão exigida pelo desenvolvimento material, científico e artístico do País. É fácil imaginar, quanto a isto, o efeito que esses museus estão exercendo na mente e no ânimo das populações locais. Cada um deles tem sido confiado a um elemento do magistério primário ou secundário, sem formação museológica, prevalecendo assim, logo de saída, um caráter de diletantismo incompatível com a seriedade dos trabalhos que se executam nesse gênero de estabelecimentos. E qual o grau de confiança que este museu desper-

tará na população da cidade, se é voz corrente que o Professor Fulano “cavou” o lugar de encarregado ou diretor do museu, sem nada entender disso, apenas para ficar livre de dar aulas? Se, além desse por assim dizer beneficiário da situação, ao museu só se destinam, em matéria de funcionários, um ou dois serventes para limpezas e serviços equivalentes?

Diante de tais exemplos, pouca gente acaba compreendendo-se de que além da função aparente, que é a arrumação de peças em mostruários, para exposição pública, um museu significa organização, significa coleções de objetos valiosos e representativos, significa estudos e pesquisas, serviços técnicos e científicos, consciência da relevante missão a desempenhar.

8. Um Museu — seja qual for o seu caráter, seja qual for o seu ramo, tem que se distinguir por duas qualidades essenciais com relação aos seus visitantes: a capacidade de impor respeito e a capacidade de despertar emoção. É da essência educativa de um Museu que, nele, a pessoa de imediato sintá estar num ambiente de seriedade, num lugar de estudo e trabalho, num recinto impregnado de evocação e dignidade. Isto deriva da própria presença dos objetos expostos, do caráter de reverência que lhes passa a ser inerente pelo simples fato de estarem colocados em tal ambiente; deriva da atmosfera peculiar que nele se forma, em que a própria circunspeção dos funcionários, guias e vigilantes, sendo uma decorrência dessa atmosfera, ao mesmo tempo contribui para lhe acentuar os efeitos.

Mas para que esta influência de ordem moral e psicológica se exerça, é preciso que os objetos sejam de uma tal qualidade que correspondam à expectativa do visitante; que eles se apresentem por forma condizente com a dignidade de que se revestem, e isto não só pelas suas qualidades intrínsecas ou aparentes, mas ainda pelas qualidades que se lhes acrescentam precisamente por se encontrarem neste ambiente. Uma coisa é ver o retrato de um personagem ilustre numa sala de residência, outra coisa é ver esse retrato num museu.

Este ambiente, esta atmosfera não se criará jamais numa sala ou série de salas onde se reúnem pequenas fotografias familiares, exemplares de jornais, recortes de revis-

tas, objetos díspares de ourivesaria, cutelaria, cerâmica, marcenaria, telas sem valor artístico ou histórico, móveis sem dignidade artesanal e todos êsses pobres e disparatados objetos que têm sido obtidos de favor.

O vínculo entre um museu de História e o seu público está assentado em bases afetivas e racionais: há uma relação de causa e efeito, de ordem psicológica, que é cumprida e tem a sua consequência lógica no momento da visita, com resultado positivo ou negativo. Será positivo se o museu tiver correspondido à expectativa do visitante, negativo em caso contrário. Assim, a pessoa que se dispõe a visitar um museu de História está psicologicamente preparada — com a “vontade de crer” referida por W. James — para encontrar nêle ambiente e representações que lhe falem dos fatos históricos, das tradições maiores, de feitos gloriosos, dos grandes homens da nacionalidade. E isto se aplica tanto ao homem do povo quanto ao escolar.

Que ambiente e que representações — referidas à História do Brasil — podem oferecer êstes museus que não contam com um mínimo do complexo aparelhamento indispensável às instituições do gênero? E se isto tem sido assim até hoje, quando existem cerca de trinta dêsses museus, presume-se que à medida que aumente o seu número, menos ainda virão a receber a ajuda necessária do Estado. Nunca poderá o Estado, obediente a uma sã política financeira, despender com cinquenta, cem, duzentos museus de sua responsabilidade o numerário suficiente para garantir a cada um dêles as condições mínimas de manutenção e desenvolvimento; mesmo que o faça, será não só um desperdício injustificável, mas uma dispersão de verbas, serviços, esforços que não se coaduna com as boas normas da administração. Mas como isto nunca poderá acontecer, os museus já criados e outros que, a continuar a presente marcha, hão de surgir (por motivos de prestígio ou conveniência pessoal) estarão destinados a exercer êsse triste papel que lhes foi reservado até agora, servindo apenas para comprometer os foros de adiantamento das cidades que os abrigam. Mais do que isso, estarão condenados a cumprir um papel verdadeiramente criminoso, usando do prestígio oficial para angariar e coletar peças, objetos, documentos, em alguns casos talvez insubstituíveis, e com isso condená-los ao desaparecimento ou ao perecimento, por deterioração, corrupção, extravio — desde que

não dispõem nem de guardas e vigilantes suficientes nem de meios de preservação contra a insidiosa ação de cupins e papirófilos. E ao mesmo tempo estarão condenando, por falta de destinação apropriada, tanto o acervo histórico municipal (documentos, livros, papéis avulsos), como peças e objetos de propriedade e responsabilidade do Município — e isso de uma forma tanto mais irrecorrível, quanto mais com a sua mera presença contribuirão êstes pseudos-museus para retardar a criação de autênticos museus municipais.

9. Já no caso de um autêntico museu municipal, para o público e para o escolar que o visitem, numa cidade do Interior, não haverá decepção em face de falhas e deficiências, porque a sua expectativa sempre será de alguma forma satisfeita. E nisto é que o museu municipal, além de muitas outras conveniências, tem de vantajoso sôbre os arremedos de museu que se tem criado. Iriamos longe se quiséssemos relacioná-las; limitemo-nos, pois a referir apenas uma. O museu municipal encontrará com muito maior facilidade o apoio e o auxílio de pessoas da localidade, de industriais e comerciantes, bem como de toda a população, simplesmente porque, por definição, o Estado é rico e o Município é pobre. E terá muito maiores possibilidades de cumprir com fidelidade o seu papel, que êsse sim, repetimos, interessa ao Estado e à Nação.

É do interesse da Nação e do Estado que os documentos de índole e propriedade municipal, peças e objetos que testemunhem acontecimentos, épocas ou fases da história da comuna, bem como os elementos representativos da evolução da cultura local, sejam preservados para se transmitirem às gerações futuras; que sejam conservados, organizados e postos à disposição dos estudiosos, para que a todo tempo possam ter a utilidade a que se destinam.

10. As instituições — quer no campo sociológico, quer no campo político — nascem de necessidades. Se a criação de uns desses museus do Estado em cidade do Interior decorresse de uma imposição político-social, ou político-educacional, ou político-administrativa, se ela não fôsse uma criação meramente arbitrária, nunca surgiria o problema que, com relação a êsses museus, vem preocupando as autoridades responsáveis: que fazer dêles, que funções atribuí-lhes, como dar-lhes utilidade. Não se tratasse de uma criação arbitrária, e estas questões não teriam razão de ser.



Por este aspecto, aliás, é que vemos nos arremedos de museu que se tem criado em cidades do Interior, mas fora da área íntima e restrita das escolas oficiais — o desacerto da idéia que os gerou, cujas más conseqüências estendem-se, para maior mal, ao próprio âmbito da competência e dos deveres do poder municipal, fazendo que o Estado não apenas lhe negue auxílio neste setor de preservação do seu patrimônio histórico (que é de interesse nacional), mas ainda lhe empece a realização, por ele próprio, deste desiderato. Pois a verdade é que a proliferação de Museus do Estado em cidades do Interior torna progressivamente mais difícil, em cada uma delas, o aparecimento de autêntico Museu Municipal, em virtude do desvio, feito e consumado, de peças, objetos, documentos oficiais e familiares, e ainda de dedicações voluntárias individuais, de contribuições pecuniárias particulares, de recursos e esforços, etc.

11. Falamos de Museus Regionais, sob a égide do Estado. Estes seriam cinco ou seis em todo o Estado, e nêles se procuraria retratar tôda a vida da região respectiva, abrangendo: história, geografia, geologia, fauna e flora, demografia e etnografia, produção, economia, costumes, artes e técnicas populares, etc. Estes Museus Regionais se constituiriam em centros de estudo dos vários aspectos da vida regional, e com o auxílio de bom serviço de estatística poderiam continuamente fornecer um conhecimento completo das condições de vida, da capacidade de trabalho e produção, da atividade e das possibilidades de cada região e seus municípios e, por conseguinte de todo o Estado.

Os museus regionais, que teriam ainda por função obrigatória prestar assistência técnica aos Museus Municipais, para fins de coleta, classificação, catalogação, exposição, restauração, cópias fotográficas, microfilmes e de gravação de som — tudo sem dispersão de esforços, de recursos, de pessoal e aparelhamento técnico-científico — teriam de ser criados na conformidade de um plano de longo alcance a ser elaborado e proposto por uma comissão de especialistas.

## ESTADO LATENTE DE MATERIAL DE MUSEU

O estado latente do material de museu, referido à sua utilização cultural, é aquele em que as coleções, estando perfeitamente organizadas, tornam-se objeto ou meio de estudos e pesquisas.

Quanto a isto, é de salientar que os fins de estudo requerem das "peças de museu", mais que quaisquer outros, a capacidade de responderem prontamente ao apêlo que se lhes dirija num momento dado; para o que, além de perfeitamente organizadas, as coleções devem ser facilmente acessíveis. Isto acontecendo, pode dizer-se que para o objetivo dos estudos estas peças mantêm em estado latente as suas qualidades, os seus atributos, as suas aptidões, a sua potencialidade.

Em certo momento, um determinado objeto de museu, ao ser manuseado pelo estudioso, ao ser analisado pelo cientista, ao ser examinado por um grupo de estudantes, é tirado do seu estado de quiescência; nesse momento este determinado objeto afirma-se como entidade dotada de vida, de vida latente, como um individuo em posição de repouso mas plenamente acordado, com os sentidos despertos, prontos a reagir.

Vida latente porque esta determinada peça, em tais circunstâncias, não vive por si mesma, mas pelo estímulo que recebe; o que se verifica é uma agitação, um estremecimento, um frêmito de vida passageiro, provocado pela ação do observador; ela reage, não atua. Mas ao reagir, ela sai da situação quiescente em que permanentemente se encontra e põe em funcionamento todos os elementos que, sendo-lhe os seus próprios, lhe permitem dar um testemunho, uma prova, o fio de ligação, o indício necessário, o dado esclarecedor, a informação capaz de que se vai enriquecer o estudo ou a pesquisa. Para isto precisamente ela existe como "peça de museu", como peça dotada de propriedades latentes, de valor cultural.

## O MATERIAL DE MUSEU APLICADO AOS ESTUDOS

A expressão acima — fins de estudo — sugere como se sabe grande número de aplicações. Tomada no sentido corriqueiro, ela traz à lembrança o ensino escolar, nos seus três graus de conhecimentos, o primário, o médio e o superior. Em todos estes casos o material de museu encontra oportunidade de utilização. Mas a expressão refere-se ainda aos estudos extra-escolares, aos estudos feitos por especialistas, no campo das ciências naturais e humanas, das artes, da literatura; estes especialistas podem pertencer ao quadro do museu ou ser estranhos a êle.

Do ponto de vista da utilização cultural de material de museu, os estudos extra-escolares e os estudos escolares de grau superior, ou universitário, situam-se numa mesma categoria de atribuições e preocupações, das mais sérias e relevantes. Delas trataremos, por isso, em primeiro lugar, e conjuntamente.

1. Esta classe de cometimentos — estudos especializados — representa o que podemos apontar como a segunda forma de utilização cultural de material de museu, a primeira referida ao seu estado latente. Caracteriza-se assim, com isso, outra função primordial das instituições do gênero. O museu realmente digno dêsse nome é aquêle que funciona como centro de estudos, propiciados e estimulados pelas coleções que possui. Seria sem dúvida praticamente inútil, ou pelo menos incongruente, coletar peças, descrevê-las e classificá-las, organizar coleções e conservá-las, se estas peças e coleções não se destinassem a servir de instrumento e meio para o progresso da disciplina ou das disciplinas a que se vinculam.

Por conseguinte :

*O museu deve ser, principalmente, um instituto de pesquisa.*

2. Daí decorre, por dedução lógica e natural, que o estudo a que de preferência se deve prestar o material de museu é aquêle que se coloca no mais alto nível de especialização; daí o dizermos :

*O material de museu deve servir, precipuamente, ao estudo especializado.*

3. Este axioma, que, obrigando à reflexão, põe ao vivo a situação desatualizada da grande maioria dos museus brasileiros, implica a existência de uma *política oficial de museus*. Política oficial que pelo menos determinasse as diretrizes gerais de aproveitamento, por forma constante e eficiente do patrimônio cultural dos museus. Política que, fornecendo aos museus os meios necessários, lhes fixasse a obrigação de proporcionar, favorecer e estimular as pesquisas e os estudos especializados.

4. Como já acima lembramos, o material de museu deve estar votado a três principais grupos de interessados:

dos especialistas do próprio museu;

dos especialistas e estudiosos estranhos ao museu;

dos estudantes universitários.

Não nos ocuparemos das relações entre o museu e os especialistas estranhos ao seu quadro, matéria que requer o exame de cada caso em particular, já que entram em linha de conta muitas condições circunstanciais, como p. ex. o volume e a qualidade do acervo do museu em causa, a existência ou não na mesma localidade de institutos de pesquisa dedicados ao ramo desse museu, e, assim, muitas outras peculiaridades.

Quanto aos especialistas do próprio museu, a pequena soma de trabalhos que têm sido realizados nas instituições do gênero, avaliável num balanço geral de suas atividades em todo o País, é o melhor testemunho de que se deve cuidar de aumentar consideravelmente o número de pesquisadores em serviço nos museus.

#### RELAÇÃO COM O ENSINO UNIVERSITÁRIO

Considerando, por um lado, que o museu, funcionando como instituto de pesquisa, se constitui naturalmente, pela acumulação de material e pela concentração de estudos especializados, em um núcleo vital de ensino; considerando, por

outro lado, que é do interesse da Nação formar cada vez maior número de pesquisadores, em todos os ramos de especialização, não hesitamos em afirmar que é com relação à classe de estudantes universitários que o museu pode propiciar o mais amplo e o mais fecundo aproveitamento das suas coleções, nesta forma de utilização cultural.

Porque:

os estudantes universitários constituem uma classe de pesquisadores em potencial que se renova, ou se acrescenta, todos os anos. (As Faculdades trabalham sem cessar para isto);

são eles os elementos mais qualificados a se iniciarem na especialização a que se dedicam e, portanto, na pesquisa (nesta fase encontram-se não apenas suficientemente capacitados, mas num estado por assim dizer de inocência, o mais apropriado e promissor para ingresso na carreira);

com referência a eles, as facilidades (comodidade) de uma pesquisa inicial, séria e bem conduzida, podem servir para revelar vocações que de outro modo permaneceriam encasuladas.

Estes motivos, além de outros que facilmente se imaginam, estão indicando que é da maior conveniência o entrosamento dos museus com as Universidades, entrosamento do qual se beneficiarão os diversos ramos de conhecimento que interessam ao espírito humano.

Não obstante, uma rápida visão do panorama museológico do País mostrará que tal entrosamento não existe. Não existe como objetivo consciente, como programa de ação.

Mas, se é verdade que em geral os museus brasileiros não procuram, nem tentam, estabelecer vínculos de vida e trabalho com as cadeiras e departamentos correspondentes das Universidades, não é menos verdade que isto decorre principalmente da ausência de uma política oficial de museus, tanto no âmbito da União como no dos Estados. E este é, a nosso ver, um desideratum a que deveriam aplicar-se antes de mais nada os responsáveis pelos nossos museus e as organizações interessadas no amparo e desenvolvimento desta classe de instituições. Ainda mais que a falta de uma política oficial de museus pode ser, para este e outros casos,

perfeitamente suprida por uma Carta de Princípios, em que se apontem os rumos que devem ser buscados pelos museólogos, os seus deveres e obrigações não só de ordem ético-profissional, mas ainda e principalmente no que se refere aos altos objetivos da museologia.

1. Longe de nós a pretensão de querer indicar as normas pelas quais se viria a fixar o entrosamento entre o Museu e a Universidade; mas nem por isso queremos deixar de expor, embora ao sabor das idéias, algumas sugestões sobre o assunto.

Primeiramente, convém deixar esclarecido que a vinculação entre um museu e um departamento universitário, como acima lembramos, não significaria subordinação, nenhuma espécie de subordinação. É essencial, para os bons resultados da mútua colaboração, que as duas entidades mantenham a mais absoluta autonomia, quer no setor técnico-científico, quer no setor administrativo.

A idéia central que nos leva a insistir na colaboração entre os dois organismos pode ser assim resumida: a tendência natural das cátedras — e os exemplos são de todo dia — é no sentido de acomodarem-se à rotina do ensino, cada vez mais prêsas a “programas” pouco susceptíveis de admitir modificações; a isto acrescenta-se que normalmente não dispõem elas de órgãos ou elementos dedicados à pesquisa. E a verdade curial é que a pesquisa é essencial ao ensino, donde o dizer-se repetidamente que não há bons professores sem bons pesquisadores.

A pesquisa intensiva exige a implantação e o funcionamento de um organismo complexo, com objetivos definidos. Tal organismo de pesquisa, entrosado com a cátedra, mas independente dela, representará para o ensino uma fonte permanente de incentivo e esforço solidário, a impulsioná-lo para a frente na atualização dos conhecimentos, para além das barreiras criadas pela inércia e pela rotina. Tal organismo de pesquisa não será nunca outra coisa que o “museu universitário” como o temos definido, não será nunca outra coisa que o museu em que tenham abrigo estudantes e professores para toda sorte de estudos, pesquisas, ensaios, experiências, comprovação de hipóteses.

2. Estas considerações nos trazem à lembrança a existência de coleções ou pequenos museus junto das cadeiras e

departamentos universitários. Empregá-se para eles o termo "museu" por falta de outro que melhormente os defina; daí o fato de ouvir-se muitas vezes dizer: o "museuzinho". Na verdade, tanto estes como os conhecidos "museus escolares", dotados de alguns espécimes de aves e insetos, de pequenos herbários, de alguma quantidade de gráficos, gravuras, recortes de revistas e jornais, nunca poderão ter o desenvolvimento, a amplitude, o alcance, a riqueza, a utilidade e, principalmente, a organização e as funções de um verdadeiro museu. Eles funcionam como auxiliar do ensino, pouco ou nada se prestando às pesquisas e estudos que se impõem em profundidade, para o progresso da ciência ou do ramo de conhecimento correspondente. Como auxiliar de ensino, para fins exclusivamente didáticos — e utilíssimo nêsse plano limitado — o museu agregado a uma cadeira universitária, como o museu escolar, nunca terá maior projeção sem o risco certo de sufocar a própria cátedra, com prejuízos para o ensino, para a formação profissional dos estudantes. Sem chegarem a atingir as proporções requeridas por um verdadeiro museu, cujo fundamento está na sua particular estrutura e organização, podem estas coleções desenvolver-se não obstante de maneira muito notável, tornando-se objeto de atenções e encômios generalizados. Mas este "museu" não terá alcançado tal ponto de desenvolvimento sem graves prejuízos para os fins precípuos da cátedra, sem comprometimento do ensino.

O verdadeiro museu universitário só pode ser constituído na forma de instituto autônomo, com organização e vida próprias, integrado na Universidade e entrosado com as cadeiras e departamentos correspondentes.

3. Consoante com a idéia assim resumidamente exposta, propusemos recentemente alguns preceitos como contribuição ao projeto de reorganização do Museu Paulista, em vias de ser incorporado na Universidade de São Paulo. Figuram no capítulo referente aos Fins do Museu e correspondem aos itens finais "g", "h" e "i", assim redigidos:

g) cooperar na realização de aulas e seminários das várias cadeiras de matérias correlatas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade de São Paulo;

h) incrementar a especialização dos alunos das cadeiras correspondentes da Faculdade acima referida, por meio de

curso de extensão universitária, curso especial e por outras modalidades que forem sugeridas pela prática;

i) proporcionar, dentro de suas possibilidades, a especialização, nas várias matérias a que é dedicado, de licenciandos pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e de estudantes da última série que tenham revelado melhor aproveitamento.

4. Fala-se aí, por motivos óbvios, tão somente na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, mas o entrosamento de que se cuida deve ser entendido, pela forma que a experiência aconselha, a outras Universidades e instituições congêneres, no caso de existirem, pois o interesse maior desta conjugação de esforços consiste exatamente em aproveitar ao máximo o material e a organização dos museus no sentido do desenvolvimento da pesquisa e do adiestramento do elemento humano a ela encaminhado; de todo o elemento humano que se torne a tanto capacitado pelo estudo de nível superior.

Contribuindo, assim, o museu, para ampliar as possibilidades de pesquisas, para revelar vocações e para assegurar o ingresso, bem orientado, na atividade científica a tantos jovens que ao deixarem os bancos escolares não persistem no aprendizado e na especialização por falta de oportunidades ou por carência de meios, estará cumprindo um papel de mais alta relevância para a vida cultural da Nação. E estará propiciando, por uma forma não apenas efetiva, mas altamente condigna e frutuosa, a utilização do material confiado à sua guarda.

5. É evidente que nem tôdas as formas possíveis de operação estão previstas nos três itens acima reproduzidos; procurou-se apenas estabelecer o princípio geral, com referência expressa a três modalidades que devem ser por assim dizer imperativas: a de seminários, a de cursos e a de estágio de especialização.

Dos seminários e cometimentos semelhantes, não de encarregar-se os próprios professores ou assistentes das cadeiras, os quais podem valer-se ou não, mas de preferência sim, da colaboração dos especialistas do museu.



Os cursos, em tôdas as suas variedades, devem competir ao pessoal técnico-científico do museu, em cooperação com os professores.

O estágio é feito individualmente por estudantes adiantados, bacharéis e licenciados, por iniciativa dos interessados ou a conselho da cátedra, podendo nestes casos a orientação estar a cargo exclusivamente do pessoal técnico-científico do museu, ou ficar dividida entre êste e os professores e assistentes das cadeiras.

De tudo quanto acabamos de expor ressalta a alta significação de que se reveste, para o progresso científico, artístico e cultural do País, a mais íntima e ativa colaboração entre o Museu e a Universidade. Disto resulta o que consideramos um postulado digno de figurar na Carta de Princípios da museologia brasileira:

*O museu deve estar a serviço dos estudos universitários.*

#### SERVIÇOS DE BIBLIOGRAFIA

Dentre as muitas modalidades de cooperação não incluídas nos três itens acima transcritos, destaquemos a que se prende ao serviço de bibliografia. Pressupõe-se que o museu dedicado a determinada disciplina possui uma biblioteca alentada e valiosa sôbre a especialidade em questão, trabalhada por um grupo de bibliotecários dotados de reais conhecimentos não apenas de biblioteconomia, mas também do ramo de que se trata. Com êste grupo de trabalhadores, auxiliado por sua vez por outros tantos especialistas na referida disciplina, pode o museu contribuir de maneira excepcionalmente construtiva para o avanço do estudo, da pesquisa e, por conseguinte, do ensino de nível universitário.

1. Lembraríamos o caso de um museu de História do Brasil, detentor daqueles elementos — biblioteca especializada e pessoal capacitado — que tomasse a peito proceder ao levantamento bibliográfico dos trabalhos sôbre a matéria, mediante ampla sub-divisão de assuntos, levantamento que seria, a rigor, uma completa recapitulação das obras, dos estudos, das comunicações, das monografias que, realizadas há dez, vinte, cinquenta e cem anos, permanecem não obstante praticamente desconhecidas ou esquecidas, não aproveita-

das, como mortas sepultadas em coleções, livros, revistas e jornais.

Tal recapitulação compreenderia o trabalho de arrolamento, apreciação e confronto de tudo que se escreveu e pesquisou sobre cada período, cada tema, aspecto, fato ou acontecimento da nossa história, a fim de que se saiba a uma simples consulta o que já está feito sobre cada título, em que consistem tais contribuições, o material usado em cada uma, as pesquisas arquivais que tenham sido realizadas, as conclusões propostas, e, enfim, como se desdobram os vários estudos, se se acrescentam ou se repetem, se se completam ou se excluem — para que os interessados, repetimos, possam informar-se, com a segurança que pessoalmente só com penoso esforço alcançariam, do que já existe sobre o assunto que os preocupa, sobre os diversos e numerosos aspectos desse assunto; possam informar-se do que está feito, do que deve ser refeito, do que pode ser aproveitado, do que resta a fazer; a fim de que — repetindo o que já em 1902 diziam Caron e Sagnac — “a fim de que certos assuntos importantes não sejam tratados pela metade, de que tais outros não sejam estudados várias vezes e para que não haja tempo nem esforços despendidos em pura perda”.

Não seria um trabalho de crítica propriamente dita, mas de caráter estritamente informativo. Não conduziria a julgamento, mas se esforçaria por reunir todos os elementos mediante uma exposição analítica, de maneira a oferecer ao especialista o resultado da coleta de todos os estudos que seja possível reunir, com a identificação e caracterização de cada um.

É esta uma tarefa a ser executada em três fases, e de tal forma que o serviço se torne o mais possível despensalizado. Compreenderia: 1.º — Indexação, a partir das Bibliografias gerais e parciais existentes, com o máximo de desdobramento admissível; 2.º — busca e relacionamento dos trabalhos publicados sobre o tema de cada título; 3.º — análise de cada um dos trabalhos e confronto entre os que tratam do mesmo tema, pela ordem cronológica: o que contém o 1.º, documentação utilizada, tipo e gênero, inédita, publicada, oficial, não oficial, manuscrita, impressa; extensão ou grau de aproveitamento; desenvolvimento dado a cada uma das partes em que se divide; conclusões. Confrontação do 2.º trabalho publicado com o 1.º, mediante idêntica aná-

lise; o que acrescenta, em matéria utilizada e grau de aproveitamento, em conclusões; o que repete, completa, acrescenta. E assim com o 3.º e os seguintes. Numa quarta fase do trabalho, este levantamento bibliográfico seria complementado com a indexação por assuntos dos documentos divulgados em coleções, revistas, boletins. Finalmente, onde coubesse, os títulos seriam desdobrados para constituir elenocos relativos às capitâneas-províncias-estados e às vilas-cidades capitais.

2. Completada a recapitulação das publicações existentes, a análise passaria a aplicar-se às que fossem surgindo daí por diante, com menor carga de trabalho e pois, com menor exigência de pessoal. Um serviço deste gênero, proficuo e permanente, seria a nosso ver a mais fecunda e essencial contribuição de um museu do ramo mencionado em favor dos estudos, pois a ciência histórica, como qualquer outra, há de progredir e avançar pela acumulação de esforços individuais, de conquistas particulares, de resultados parciais, de dados concretos e positivos, por mínimos que sejam. E estes dados, estas contribuições — cumpre apurar e reunir por uma forma metódica e sistemática a fim de que possam ser difundidas e assimiladas por toda a imensa família, imensa e dispersa, de estudiosos e pesquisadores.

3. Em suma, o que propomos nada mais é que um trabalho de "bibliografia crítica", não por autores, mas por assuntos, dentro de um quadro o mais diversificado possível de títulos; um trabalho de "bibliografia crítica" mais desenvolvido que o costumeiro na indicação dos dados, na retratação dos textos. (Quisemos evitar a consagrada expressão "bibliografia crítica", por nos parecer mal concebida, já que os repertórios a que se dá tal designação nada contêm de crítica bibliográfica, não sendo mais que resenhas, súmulas, sinopses. Veja-se que com inversão dos seus termos, a locução passa a exprimir coisa muito diferente da chamada bibliografia crítica, e isto comprova que ela não se aplica com justeza ao gênero de trabalho para o qual tem sido empregada. Não teria, aliás, senão um interesse secundário, uma bibliografia realmente crítica, ou melhor dizendo uma crítica bibliográfica destinada a especialistas, pois ao cientista ou estudioso não pode satisfazer o julgamento alheio sô-

bre as obras necessárias à condução de um estudo; e nisto precisamente é que reside, para nós, a diferença entre “estudo” e “ensaio”, de cabulosa definição: enquanto para o ensaio não se usa, nem é de exigir, a crítica das fontes, para o estudo a crítica das fontes é indispensável, condicionante mesmo).

Ainda no capítulo da utilização cultural da biblioteca especializada do museu, em conexão com a Universidade, citaríamos o encargo de preparar bibliografias parciais para atender às necessidades dos pesquisadores. Pode suceder que o levantamento a que está entregue o grupo acima referido venha, num ou outro título já completado, coincidir com as conveniências de um pesquisador ou alguns pesquisadores. Isto não impedirá que, a todo momento, o referido grupo, ou um dos elementos que o compõem, esteja pronto a encetar o levantamento de uma bibliografia particularmente necessária ao trabalho de que tenha sido encarregado um dos estudantes compreendidos no item “i” atrás transcrito, ou necessária ao trabalho de qualquer pesquisador que venha a valer-se da cooperação do museu.

Suponhamos o caso de um jovem paleontologista, interessado em pesquisa de fósseis da Formação Corumbataí. O museu se encarregará imediatamente do levantamento bibliográfico dos estudos sobre essa formação, bem como dos estudos sobre as espécies e gêneros nela encontrados, e com isto estará favorecendo consideravelmente o andamento da pesquisa. Esta bibliografia deve conter, com referência a cada livro ou artigo, um resumo da matéria tratada, resumo dosado segundo a maior ou menor importância atribuída pelo Autor às diferentes partes; de maneira a acentuar tudo aquilo que o Autor tenha porventura apresentado como novidade. Deve conter o mais fielmente possível as respectivas conclusões; e as indicações bibliográficas de praxe.

Dois grandes benefícios advirão desta ajuda do museu ao nosso jovem paleontologista: o ganho de tempo, e, principalmente, a vantagem de poder dispor de um levantamento bibliográfico que ele próprio não poderia talvez realizar de maneira tão pronta e completa, por falta de traquejo, por falta de meios, por falta de conhecimentos mais extensos da bibliografia em questão. Mas não se limitará a esta primei-

na fase a cooperação do museu, porquanto poderá suceder que no decurso do seu trabalho venha o nosso jovem paleontologista a necessitar de novos auxílios, talvez o levantamento bibliográfico dos estudos sobre outras formações do mesmo período geológico, talvez da bibliografia referente a determinadas famílias, para esclarecimento de dúvidas supervenientes. A todo tempo, pois, o museu deverá estar em condições de corresponder, com suficiência e presteza, às exigências bibliográficas da pesquisa.

Referimos um exemplo relacionado com museu de ciência natural — de certo incorretamente formulado — por ser de mais fácil esquematização. No caso de um museu de História (de História do Brasil), o problema das bibliografias parciais é mais complicado, como todo mundo sabe, bastando dizer que documentos, referências, dados, informações úteis a um determinado estudo encontram-se não somente nas obras francamente dedicadas ao tema desse estudo, mas em geral e em número alentado, em livros e artigos que tratam de assuntos diferentes, em citações e transcrições acidentais. Todavia, por mais complexo que seja este trabalho, o museu deve estar apto a executá-lo com a urgência e perfeição desejáveis, porque esta é a maneira de tornar realmente úteis e atuantes a sua biblioteca especializada, a sua mapoteca, a sua coleção de documentos (manuscritos, impressos, fotografados), o seu arquivo de micro-filmes.

4. Pelas duas modalidades de cooperação que temos apontado, poderão responder os museus de outros ramos, notadamente os dedicados com exclusividade às ciências do homem e da natureza e às ciências exatas. É uma idéia para cuja realização bastará o concurso de quatro ou cinco bibliotecários (sem prejuízo dos serviços normais da biblioteca) e de dois ou três especialistas na matéria, com todo o tempo ou boa parte dele empregado neste empreendimento.

Mas qual o museu brasileiro, mesmo o mais bafejado pelo poder público, que poderá contar com o elemento humano necessário a essa tarefa? Quantos deles dispõem hoje de bibliotecários em número suficiente para manter em ordem um índice razoavelmente desdobrado de assuntos?

É muito sabido que entre as deficiências com que lutam os nossos museus, por falta de compreensão e apoio das autoridades, não são menos sensíveis as que impedem o bom

funcionamento de suas bibliotecas, por escassez de verbas para aquisições e encadernações, por falta de pessoal habilitado, pela vigência de normas administrativas que lhes tohem ou dificultam a ação em matéria de assinaturas de periódicos, de importação de livros e revistas, de compra de obras raras e de bibliotecas particulares.

Este é um estado de coisas contra o qual os museólogos precisam lutar, a fim de que venham a conseguir que a biblioteca de museu se transforme efetivamente em órgão auxiliar do estudo, da pesquisa, do ensino, permitindo assim que a utilização cultural desta importante parcela do material de museu se faça em tôda a sua plenitude.

### CURSOS DE MUSEOLOGIA

Ainda no seu estado latente, e em conexão com a Universidade, pode o material de museu servir para o ensino da museologia. Subentende-se neste caso o material de instituições que mereçam classificar-se, conforme a terminologia usual, na categoria de "grandes museus"; porque quanto mais rico em quantidade e qualidade, quanto mais bem organizado, tanto melhor o material de museu se prestará ao ensino da museologia; há mesmo, com referência e estas condições; um limite abaixo do qual já o material deixa de atender às exigências dêste tipo de ensino.

1. Dizemos "em conexão com a Universidade" por entendermos que o museu ideal para o ensino da museologia é aquêle que se encontra entrosado no sistema de ensino superior, já que para nós a museologia deve estar situada na área de conhecimentos que se incluem no âmbito da "extensão universitária".

Assim, o jovem licenciado em História, ou que se ache em vias de diplomar-se na matéria, irá ao museu de história para, numa série metódica de aulas, adquirir os conhecimentos teóricos e práticos que o habilitem a trabalhar nesse ramo de instituições. O museu em questão manterá para tal fim um curso permanente de museologia, no qual admitirá não só os bacharéis, licenciados e diplomados em grau superior, mas ainda todos os que, formados ou não, se dediquem ao estudo de história, e até estudantes do ensino médio que tenham re-

velado decidida vocação para a matéria e demonstrem bom aproveitamento no aprendizado extra-escolar.

Melhor dizendo, o curso não se destinaria a ensinar História em qualquer das suas subdivisões, mas a instruir o aluno (já com suficiente conhecimento de História) sobre os problemas de planificação, instalação e funcionamento de museus de história, e a propiciar-lhe conhecimentos específicos, teóricos e práticos, sobre coleta, classificação, catalogação, conservação, restauração, exposição, etc. do material correspondente.

Além destes ensinamentos básicos, destinados a todos os alunos, o curso dará optativamente, aulas práticas de cada uma das especializações museológicas, para o preparo técnico dos que desejem dedicar-se a coleta, curetagem, classificação, conservação, restauração, etc.

Devemos insistir: este curso de museologia não se destinará a formar diplomados, bacharéis ou licenciados em História, Sociologia, Etnologia ou em qualquer das disciplinas que pertencem ao ensino universitário. Segundo a definição consagrada, "a museologia é ciência que tem por fim estudar a missão e a organização dos museus" (Cf. Georges Henri Rivière, "Stage régional d'études de l'Unesco sur le rôle éducatif des musées", ed. Unesco, Paris, 1960, pág. 12) A isto deve limitar-se portanto o programa deste curso específico. Ele deve servir aos que, p. ex. formados profissionalmente em Zoologia, pretendam aprender a "missão e a organização" do museu de zoologia. E assim nos demais casos.

Tratando-se de um curso de museologia para Museus de História, o programa compreenderia: I. Organização e funcionamento de museus de história, com aulas teóricas e demonstrações práticas num museu em atividade; II. Organização de coleções, classificação e catalogação do material (em museus de história normalmente não ocorre o problema de coleta de material); as aulas devem ser desdobradas, para abranger os diversos gêneros de material como documentos, armaria, vestuário, cerâmica, peças de arte, artes sacras, artes menores, de heraldica, numismática, etc; III. Conservação e restauração, com aulas teóricas e práticas, com objetivo de selecionar os alunos que possam especializar-se nesse ramo em cursos intensivos a serem dados em separado; IV. Documentação e Arquivo, com demonstrações práticas dos

sistemas de ordenação, arquivamento, indexação, etc.; V. Utilização cultural de material de museu, para fins de pesquisas e exposições; VI. Técnica de exposições, para fins didáticos, comemorativos, para grande público, periódicas, permanentes, itinerantes. Estas aulas, de caráter evidentemente prático, devem servir também para selecionar os alunos que possam especializar-se.

O curso de museologia deve aspirar ao mais elevado nível de especialização, e para isso terá de concentrar toda a sua atenção, todo o seu esforço, toda a sua solicitude nas matérias que lhe são próprias, para que possa realizar um trabalho frutífero. Deve timbrar por revestir-se de um caráter notadamente prático, porque é de ordem prática a maior das tarefas do museu.

2. Como o museu de história possui quase sempre coleções e até secções de obras de arte, de etnografia, de arqueologia, de ergologia, de geografia histórica, e como o seu ramo se entrelaça intimamente com a antropologia, a sociologia, a geografia humana, a história das idéias e outras disciplinas, ser-lhe-á possível, especialmente enquanto não se estabelecer uma rede de museus especializados, dar aulas de museologia a licenciados e estudantes de ciências sociais, etnografia e antropologia, de geografia nos seus diversos sub-ramos e de outras matérias; e ainda aos que se dediquem à filosofia, à história das idéias, da literatura, do teatro, do cinema.

Em conjugação com institutos e serviços especializados, poderá ainda por meio de cessão de espécimes, material bibliográfico, aparelhos, por meio de duplicação de fichários, catálogos, por meio de deslocações temporárias dos alunos, atender às necessidades da formação de pessoal apto a trabalhar em museus de biologia, zoologia, botânica e outros. Para tudo isto haverá sempre como suporte básico a organização do museu em questão, da organização, do aparelhamento, do espírito de equipe nêle vigorante, da consciência da missão museológica.

#### *OUTROS CURSOS COM MATERIAL DE MUSEU*

Quais sejam as coleções de um museu — artes plásticas, etnografia, arqueologia, numismática, etc. — justifica-se plenamente e até se recomenda, que êsse museu realize cursos



de tais disciplinas, especialmente cursos de história das artes, de numismática, de folclore e ergologia, considerando-se o nenhum ou o reduzido acesso que estas matérias encontram nos currículos universitários.

1. Estes cursos podem revestir o caráter de extensão universitária e, ainda, com maior poder de penetração e mais extenso benefício, o de difusão cultural, com a frequência aberta a todos os interessados, mediante simples prova de suficiência ou capacidade intelectual. Para melhormente atingir seus objetivos, não só as aulas serão dadas ou repetidas à noite, a fim de facilitar o estudo às pessoas que estejam presas a ocupações durante o dia, como serão reeditadas na sede de associações de bairro, de cidades circunvizinhas e assim por diante.

2. Mas não deve o museu avançar muito neste terreno, pois em face da multiplicação de universidades, faculdades e escolas de grau superior, cada vez menos se compreende que o museu pretenda dedicar-se às tarefas que privativamente competem a estas entidades, arvorando-se em escola de ciências do homem e da natureza, indiscriminadamente. Em matéria de ensino especializado, o museu tem um papel supletivo, que há de cessar tão logo surjam em número suficiente as escolas adequadas a este fim, pois elas recebem organização, estrutura e aparelhamento adequado ao ensino, ao passo que o museu se organiza e se adentra para funções diferentes, funções que por sua vez são próprias e exclusivas.

3. Em matéria de ensino sistemático, o museu é sem dúvida uma escola, mas uma escola da ciência da museologia e da técnica museográfica — e nisto insubstituível. Ninguém desconhece que na aprendizagem da museologia é essencial o contacto direto com o objeto — sem o qual será vão o ensino de classificação, de catalogação, de conservação, de restauração, de exposição, de toda a sorte, enfim, de conhecimentos relacionados com o material de museu.

Para que o museu se faça respeitar, para que se consolide uma consciência profissional, é preciso saber resistir às tentações, é preciso saber pôr cada coisa em seu lugar. O “enfoque” errôneo do problema, a visão enganadora da competência do museu, tanto tem levado alguns déles a usurpar, sem benefício para ninguém, a função precípua da universidade, como tem induzido certos Institutos Históricos,

como o de São Paulo, a patrocinar cursos de museologia, quando de "parecido" com material de museu só possui uma biblioteca e um arquivo de documentos de infima expressão. Tão flagrante confusão de competências revela o quanto é deficiente a consciência das próprias funções e isto, que é um sinal de fraqueza torna deficiente a própria auto-defesa. Seria o caso de lembrar o exemplo contido em certas tabuletas que se vêem em bares dos Estados Unidos: "Nós temos um acôrdo com os bancos: êles não vendem bebidas, nós não descontamos cheques".

### *RELAÇÕES COM O ENSINO PRIMÁRIO E SECUNDÁRIO*

Com referência aos jovens estudantes dos graus primário e secundário, há uma grande variedade de emprêgo construtivo, no sentido de difusão cultural, do material de museu. Não vamos certamente tratar aqui de todos os casos possíveis, senão daqueles que devem incorporar-se na rotina de vida do museu como atividade normal, como parte do seu programa de trabalho. (Entre os casos possíveis, não incluídos nesta exposição, citaríamos o de alunos com vocação decidida para a matéria correspondente e aos quais se podem atribuir certas tarefas de menor responsabilidade, e compatíveis com a capacidade de cada um, a serem executadas em certos dias e períodos do ano, sob a orientação e assistência de um elemento do museu).

1. Qualquer que seja a modalidade de utilização de material de museu em benefício dos cursos primário e secundário, qualquer que seja a amplitude que se queira dar a essa espécie de utilização, é preciso que haja no museu um serviço especialmente organizado para tal fim. Serviço que abrangerá funções e servidores na proporção das necessidades impostas pela maior ou menor extensão e profundidade desta atividade. Poderá ter, sendo o caso, um chefe próprio, que seja especialista, os seus próprios auxiliares, decoradores, desenhistas, etc., constituindo-se em órgão auto suficiente e mais ou menos autônomo. Poderá ser um mero setor de outro serviço, e assim por diante.

2. Há todavia uma exigência que, quaisquer que sejam as condições, terá de ser atendida sob pena de malograr-se este gênero de relações entre o museu e o ensino escolar. Falamos de um corpo de "monitores", subordinado ao serviço ou

setor do museu acima mencionado. Estes monitores devem ser capazes, muito mais que os chamados 'guias', de dissertar com suficiência e segurança sobre as peças expostas em vitrinas (exposições permanentes ou temporárias) e devem estar habilitados a discorrer com facilidade sobre a própria matéria com que tais peças se relacionam, a responder a perguntas a ela pertinentes, a dominar o assunto envolvido em cada uma das exposições especialmente montadas para este fim.

Sendo o caso de uma exposição relativa a fatos e acontecimentos da História do Brasil, a fase ou períodos da história das capitanias, das províncias, dos Estados, os monitores não de ter de tudo isso conhecimento suficiente não só para procederem a explicações sobre o assunto, mas ainda para apresentar todos os esclarecimentos que forem exigidos no decurso da visita de um grupo de alunos.

#### VISITAS GUIADAS

Do que acabamos de expor, evidencia-se que: 1.º, é indispensável a existência de monitores para a utilização de material de museu dirigida a alunos do ensino primário e secundário; 2.º estes monitores devem estar convenientemente preparados para a função. (Deste item 2.º falaremos na ocasião apropriada).

Quanto ao item 1.º, não haverá desdouro em dizer que os professores, tanto do curso primário como do secundário, não estão em geral em condições de tirar do material de museu, do material que venha a figurar numa determinada exposição de museu, todo o proveito possível em benefício dos alunos. Em casos como o de museus de ciências e artes, é possível que um ou outro professor, notadamente do grau secundário, tenham mais perfeito conhecimento das peças existentes e do que cada uma delas representa em casos de museu de história, já isso dificilmente pode verificar-se. É certo, porém que em todos os casos nunca estarão tão capacitados a fazê-lo quanto os monitores, desde que estes sejam especialmente preparados e treinados para essa função.

Assim, na utilização de material de museu, referida ao ensino primário e secundário, realizada nas próprias dependências do museu, nas salas de exposição pública ou em

salas de aula apropriadas a este fim, é não apenas aconselhável, mas indispensável o emprêgo de monitores do próprio museu.

1. Estabelecida esta condição, que reputamos essencial, vejamos as considerações que nos ocorrem, sempre com relação ao uso de material de museu em benefício de alunos dos graus primário e secundário.

Deve haver o máximo de esforço e boa vontade para estabelecer-se sólido entendimento entre os professores e os elementos do museu, com o objetivo de garantir o maior aproveitamento às visitas de classes ou grupos de alunos; não haverá grande utilidade nestas visitas se os professores não se dispuserem, p. ex., a reviver na escola, em dias subsequentes, as "aulas" tomadas pelos seus discípulos no museu. Para que estes possam aproveitar ao máximo cada lição recebida, é preciso que os professores procedam em seguida a uma série de cometimentos escolares, como questionários escritos e de viva voz, dissertações, descrições, desenhos, etc.

Os grupos de alunos não devem ser muito numerosos; para os de grau médio não mais de vinte; de vinte a vinte e cinco os do primários, a fim de que o expositor possa, sendo o caso, inquirir de todos, conforme o caso, acêrca de aspectos particulares do assunto tratado.

2. Tratando-se de um museu de história, não pode ser muito ambicioso o programa destinado a essas categorias de estudantes. Não se deve pretender, p. ex., dar cursos completos de história; primeiro porque os ouvintes não estão em condições mentais e intelectuais de recebê-los, segundo porque eles têm já de dar conta de uma pesada carga de estudos nas escolas que frequentam. Cumpra limitar-se, para os do grau primário, à exibição de peças (objetos, documentos manuscritos e bibliográficos, cartas geográficas, gravuras, telas, desenhos, retratos) relacionadas com episódios históricos de maior ressonância, com personagens de relêvo, acompanhada de explanações não profundas. Estas devem ser seguidas de questionários, feitos não só de viva voz, no momento, a um ou outro dos ouvintes, mas principalmente por escritos, na escola, um ou dois dias após, para todos. O museu fornecerá aos professores acompanhantes

as minutas de tais questionários, que poderão ser adaptados, desdobrados, modificados a critério dos mestres — mas sempre dando diŕto conhecimento ao museu.

3. Insistimos, como se vê, em excluir a idéia de “*curŕos*” com relação aos alunos dos graus primário e secundário. Se os cursos são aconselháveis, e até indispensáveis, aos estudantes universitários — que já se aplicam a uma especialização — não terão êles, para os de ginásio e escola primária, outro efeito que o de provocar distúrbios e de-sequilíbrio no ciclo de aprendizagem que devem cumprir. Para êstes estudantes o museu deve proporcionar “*aulas*”, ou melhor dizendo “*aulas vivas*” (das quais falaremos adiante) que complementem, com o auxílio da “*imagem*” e do “*som*”, o estudo da matéria ao nível que lhes corresponde no programa escolar — mas sempre representando um avanço sôbre êste programa. (Não se cogita aqui daqueles que individualmente revelem decidida vocação; para êstes o museu oferecerá oportunidades, como já deixamos dito).

4. Para os alunos de grau médio, pode prever-se maior profundidade e extensão. Êles serão esclarecidos — diante por exemplo do quadro “*A partida da monção*” e de objetos e documentos (m-b) relacionados com o assunto — sôbre êsse gênero de transporte comercial nos seus vários aspectos, causas que o determinam e que o condenam a desaparecimento, condições de vida e trabalho nas minas cuiabanas, produção de ouro e seus reflexos na vida da capitania de São Paulo, influência demográfica e sociológica nos centros urbanos, pelo êxodo dos moradores, passagem e afluxo de reinóis recém-chegados, formação de núcleos de habitação humana na região das minas, caráter da ocupação do solo provocado pelo surto minerador, etc. De volta à escola, o professor acompanhante solicitará dos alunos uma exposição escrita sôbre o assunto, podendo subdividir e distribuir os vários temas da matéria.

Êstes alunos serão encarregados de levar ao museu, em dias apazados, pessoas de sua família, amigos e conhecidos, para fazer-lhes por sua vez uma explanação sôbre o assunto sob as vistas dos “*monitores*”. Devem ser estimulados a proporem em seguida, por escrito, questões atinentes à matéria, no sentido de aprofundamento dos conheci-

mentos, para serem respondidas ou pelo professor acompanhante ou pelo especialista do museu.

5. Para esta modalidade de utilização de material de museu de história, dirigida não só aos alunos dos graus primário e secundário, mas ainda a estudantes universitários, de preferência a simples peças expostas em vitrinas, recomenda-se um tipo de exposição montada segundo esquema ou roteiro pre-estabelecido e que corresponda a uma "aula viva" de história. Sabe-se que para este tipo de exposição, fixado o tema e o período abrangido, lança mão de legendas explicativas, gerais e parciais, de desenhos esquemáticos, alegóricos, de painéis ilustrativos, de documentos (m-b), livros, gravuras, estampas, retratos, cartas geográficas, objetos compreendendo vestuário, armaria, mobiliário, usos domésticos, transporte pessoal, peças representativas da cultura artística, científica e literária, representações gráficas diversas, do povoamento, da produção, do comércio, do transporte, das finanças, elementos esclarecedores de costumes, da psicologia social, das artes e técnicas populares. A preocupação dominante será no sentido de recriar, de fazer reviver o ambiente social e cultural em que se desenrola o acontecimento histórico em causa. Estas "aulas" serão completadas, sendo o caso, com projeções, esclarecimentos, questionários, pela forma adequada a cada um dos diversos níveis de estudantes.

Uma exposição deste tipo e com este objetivo limitado não precisa ser muito pretensiosa, mas deve constituir-se de material suficientemente rico e artístico para dotar-se de um teor estético muito especial e de acentuado conteúdo emocional. Há que recorrer-se, na sua montagem, ao emprêgo dos melhores recursos das artes plásticas e gráficas, bem como de uma discreta linguagem literária.

#### RELAÇÕES COM O PÚBLICO

Ainda no seu estado latente, o material de museu é utilizado para fins de exposição pública. Neste caso, ao ser examinada por um popular ou grupo de populares, a peça de museu não se torna objeto de estudo, mas de curiosidade, de embevecimento, de emoção, de identificação de sentimen-

to. Nem tôdas as virtualidades, que permanecem em estado latente, são nesse momento postas em ação ou em evidência. Êste visitante verá nela apenas a obra de arte, no caso de uma tela, de uma escultura; para outro, menos que pela emoção estética, ela valerá pela evocação de um acontecimento ou de um personagem histórico; para um terceiro, nem prazer estético, nem emoção cívica, mas a simples satisfação de uma curiosidade vadia.

1. São muitas as formas de vida que assume uma peça de museu à vista do homem do povo. Pode falar-se neste caso de utilização cultural de material de museu no sentido da mais ampla divulgação popular. Pode falar-se neste caso da função cultural do museu em beneficio de tôda a comunidade. Mas esta função sòmente se exerce com a eficiência desejada, com real proveito para o povo, se o material de museu, tanto pela sua indole como pela forma de apresentar-se, consegue corresponder à "*vontade de ver*" à "*inclinação de aprender*" da grande maioria dos visitantes.

Não se trata apenas de vontade de ver, mas ainda, e principalmente, de vontade de crer, de aprender, de ser esclarecido. Entre os milhares de visitantes que o museu acolhe diariamente, muitos haverá movidos tão sòmente pela curiosidade; mas a grande maioria é sem dúvida impelida pela ânsia de aprender, pela fome e sêde de saber, pelo desejo de satisfação estética, de satisfação cívica, bairristica, patriótica.

2. Não basta, pois, que o material de museu seja de qualidade capaz de corresponder à expectativa do visitante: deve ainda exhibir-se de modo tal que, ao ser contemplado, pareça dotado de vida, dotado da capacidade de manifestar as suas virtudes e predicados, de comunicar, de transmitir a mensagem de fé, de amor, de esperança de quem o construiu, de quem lhe deu forma, de quem o utilizou, de quem o conservou com devoção e carinho; deve apresentar-se como meio e instrumento de incentivo à recordação, a meditação, à elevação do espírito, como representação do trabalho e do pensamento criador, do labor do operário, do lavrador, do artista, do cientista, do homem do povo, do governante; como expressão das preocupações e desejos das gerações passadas, dos seus anseios de progresso, de bem estar e justiça social; como prova de permanência do passado no

presente, como estímulo à projeção do presente no futuro. Deve afirmar-se como elemento vivo, como prova visível e palpável da força criadora da tradição.

Não será exigir muito do museu, portanto, pretender que êle seja capaz de conferir às peças que lhe estão confiadas êsse "*trêmulo afã de vida*", para que não se mostrem ingloriamente nas vitrinas como tristes e miseráveis defuntinhos. Basta, para tanto, imprimir um alento criador a êsse ramo de atividade museológica. Nada mais que um simples alento criador.

### TIPOS DE EXPOSIÇÃO PÚBLICA

Sabe-se que o material de museu pode ser exposto para visitação pública por diversas formas e de várias maneiras: em vitrinas, armários, prateleiras, aparadores; suspenso em painéis, mostruários, paredes. Estas vitrinas (armários, etc.) devem ser construídas de modo tal que faculte a mais fácil e completa visão de seu interior, por mais de uma face ou lado, sem obrigar o visitante a forçar a posição do corpo, a torcer-se, a debruçar-se para melhor poder ver êste ou aquele objeto. Não se deve permitir que o visitante possa tocar nas peças, menos ainda que possa (ou precise) manusear, mudar de posição, fazer girar êste ou aquêle mostruário, e muito menos que precise (ou possa) abrir e fechar portas, gavetas, compartimentos, escaninhos. Os móveis e acessórios (vitrinas, estantes, plintos, colunas, aparadores, prateleiras,) devem ser artisticamente projetados, devem ser de aparência leve e de linhas sóbrias, ou, como se costuma dizer, de linhas modernas; mas impõem-se aqui uma medida de equilíbrio, se se trata de edificio antigo, em estilo que não se concilie com as linhas modernas. Recorre-se nestes casos a recursos arquetônicos como apainelamento de paredes, portas, janelas e esquinas em ângulo agudo, para encobrimento de frisos, lambris, cimácios, alizares, molduras, espelhos; redução de pé direito por meio de tetos falsos, etc.

1. A arrumação das peças tem também as suas regras universalmente sabidas. A tendência natural é no sentido de



distribuí-las de forma a agradar à vista, de forma a dar realce às peças mais ricas, mais expressivas, mais significativas ; de forma a conferir equilíbrio e harmonia ao conjunto, compreendendo isto tóda a sala, e cada parede, vitrina ou mostruário tomado isoladamente. O destaque das peças se faz com o auxilio de retalhos de fazenda (fibra, sêda, veludo), de cartolinas coloridas, blocos de madeira e vidro plástico, bandejas de vidro biselado, fibras diversas, cartões pintados, molduras e outros muitos materiais. Obtém-se ainda o realce pretendido com o auxilio de iluminação dirigida, de música de fundo, podendo aplicar-se esta a tóda uma sala, a uma única vitrina ou mostruário, a um só painel, a uma única peça (no caso de uma tela, de uma imagem ou grupo escultórico) ou a um conjunto de peças.

2. A forma de apresentação pode obedecer a vários critérios: agrupamento por gênero, por época, por estilo, por assunto ou tema. (Coloca-se numa vitrina imagens religiosas de diferentes procedências, ou de uma só; de uma só região, Estado ou provincia; de diferentes épocas ou de determinado século; apenas imagens de madeira, ou de madeira e de outros materiais; imagens unicamente, ou imagens e outros objetos de culto religioso ou da chamada arte sacra). Procura-se estabelecer uma sequênciã lógicã na apresentação das peças, segundo a ordem cronológica de ocorrência, segundo o desenvolvimento histórico da matéria, segundo a nomenclatura de uma ciência ou de um ramo de conhecimento, segundo um tema ou assunto.

Esta forma de apresentação de material de museu por agrupamento de peças, em salas sucessivas ou sucessivos setores de grandes compartimentos, é sempre útil e interessante. Entre outros motivos, por permitir a exibição de grande parte das coleções. Tal seja o volume e variedade do material do museu, ela não deve faltar, a despeito de tudo o mais que a instituição possa oferecer aos seus visitantes. Desde que disponha de um rico e alentado acervo, é com esta forma de apresentação que o museu pode despertar, permanentemente, a curiosidade do grande público, e atrair um número crescente de visitantes.

3. Além da forma acima referida e que na verdade assume numerosas feições, de acórdõ com o critério e a dimen-

são que se adotem, a instituição pode e deve lançar mão de um tipo de exposição organicamente concebida e montada. Já falamos dêsse tipo de exposição, que dá conta de uma sequência natural ou lógica de fatos ou acontecimentos, de exposição que "*conta uma história*", de exposição que é, cada uma por sua vez, uma "*aula viva*".

As exposições dêste tipo, acrescentemos, devem ser organizadas em obediência a um "*roteiro*" elaborado segundo um plano geral de divulgação e no qual, além dos cuidados exigidos pelo assunto, tem se que atender a duas condições indispensáveis: elas devem ter um cunho por assim dizer didático-científico, no sentido de que transmitam um ensinamento acessível e assimilável ao homem do povo, mas que constituam ao mesmo tempo realizações interessantes e sugestivas para o estudante, para o estudioso, para o especialista (pela forma de apresentação do tema, pela concepção, pelas possível hipóteses de trabalho que proponha); e devem revestir-se daquele cunho artístico que se obtém com o equilíbrio das formas e a harmonia das côres que fazem do bom trabalho arquitetônico uma obra de arte.

No caso de um museu de História do Brasil, as exposições dêste tipo, dando conta de sequências de fatos ou acontecimentos, de períodos ou fases da história político-administrativa, da história social, da história econômica, serão tanto mais interessantes e apreciáveis quanto mais documentos inéditos ou pouco vulgarizados contiverem, documentos manuscritos e bibliográficos, iconográficos, cartográficos. Mas tão essencial e indispensável é a presença de peças como máquinas e aparelhos, instrumentos de trabalho, vestimentas e adornos, material ergológico em geral, armas, viaturas e outros objetos contemporâneos do período focalizado, assim como maquetes, dioramas, etc.

Isso tudo é mais do que sabido.

As soluções são fáceis no papel, mas na prática as coisas são bem diferentes.

4. Quer se trate da primeira modalidade de apresentação, por grupos de peças, quer se trate da segunda, para que se obtenham exibições condignas do material de museu, em que êle se beneficie de um alento criador, e de tudo resulte

uma realização de alto sentido cultural e acentuado teor artístico, é indispensável a colaboração de artistas especializados em desenho, em pintura, em decoração. (Não se deve esperar, nem é de desejar, que o museólogo, quaisquer que sejam atribuições, reuna coincidentemente as aptidões exigidas para esta tarefa: isto seria uma solução de momento, uma solução provisória, uma solução indesejável).

Mas se o museu precisa de decoradores, de pintores, de desenhistas (não os chamados desenhistas técnicos), aqui lhe surge o primeiro empeco. Nenhum museu oficial pode incluir no seu quadro de servidores um, dois, três, ou mais destes artistas, porque o Dasp, o Dae e os órgãos equivalentes da administração pública, ao organizar a relação ou tabela de cargos exigidos pelos serviços oficiais, tabelas que os próprios presidentes e governadores não podem iludir, não levam em conta as necessidades dos museus como em geral de tôdas as instituições culturais mantidas pelo poder público. O resultado é que só existem, para serem regularmente preenchidos, os cargos de "artífice", com padrão de vencimentos talvez aceitável para alguns pedreiros e carpinteiros, mas que nunca interessará a um artista decorador ou a um marceneiro de alto nível profissional. E sendo exatamente de elementos como estes que o museu precisa não os pode obter, impedido que se acha de remunerá-los à altura. Restaria o recurso de contratá-los esporadicamente, por empreitada; mas até para isto as dificuldades burocráticas são quase sempre intransponíveis, ou pelo menos desesperantes e desanimadoras - não obstante este tipo de contratação não seja a solução que se deva buscar. O museu precisa de artistas, desenhistas, pintores, decoradores, que lhe prestem serviços contínuos e efetivos, que pertençam ao seu quadro de servidores, que convivam com os seus técnicos e cientistas, que compartilhem os esforços de todos em prol das realizações úteis, que sintam o ambiente e com ele se identifiquem, que sintam as coleções, cada uma das peças que as constituem, que partilhem da preocupação com o estudo e com o deslinde de problemas que se sucedem, do gosto pelo material coletado, classificado, conservado, do desvelo pelo seu aproveitamento, pelo seu enriquecimento.

Estes elementos, estes artistas, pintores, desenhistas, decoradores, imprescindíveis ao museu, têm de ganhar o quan-

to ganha um cientista a serviço do govêrno; mas qual o homem público capaz de compreender e aceitar isto?

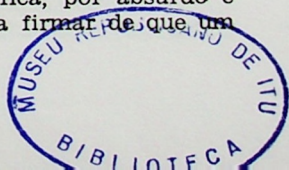
5. Qualquer que seja a modalidade de exibição pública, por grupos de peças ou por exposições orgânicas, o museu necessita, para uma apresentação condigna, de um sem número de material de construção e montagem, de instalações, de serviços. Como êle não dispõe, no seu quadro de servidores, de oficiais capacitados, tem de recorrer a elementos estranhos para construção, no caso de cada exposição, de mostruários especiais, estantes, vitrinas ou painéis apropriados a determinadas classes de peças, de apetrechos diversos, suportes de madeira, ferro, metal, de banquetas, colunas; aparadores; tem de adquirir, sem maiores delongas, uma infinidade de materiais para atender às exigências da montagem: determinados tecidos, ferro, metal, tubos, vidro, material plástico, certas qualidades de tinta e cola, papel de forração, cartolinas, fios, arames e cordas que não possua em estoque, apetrechos de iluminação; tem de mandar fazer grandes ampliações fotográficas, tem de mandar imprimir e fotografar legendas e etiquetas, além de muitas outras pequenas coisas cujo emprêgo se impõe em todo trabalho de organização de exposições.

Para tudo isso, o museu deve dispor de numerário suficiente e gozar de liberdade de compras e encomendas, obedecidas apenas as precauções indispensáveis. Mas tal não acontece. Para encomendar três ou quatro vitrinas, ou mostruários ou estantes de que tenha urgente necessidade, êle precisa solicitar autorização do Secretário ou do Ministro, apresentar estimativa (e o desenho com especificações técnicas, desenho para o qual não há projetista no museu e que nenhuma firma oferece sem garantia de encomenda); tem em seguida de pedir, ou esperar que peçam por êle, propostas por escrito de três firmas do ramo (forçosamente baseadas em especificações muito gerais, por falta de desenho técnico); aguardar que o processo percorra um caminho sempre excessivamente longo, de uma comissão para outra, desta de nôvo para a primeira, daqui para uma terceira, a seguir para o Tribunal de Contas, para outra comissão, para um órgão do orçamento, para outro da despesa, para outro de material permanente, para um contencioso e outro contabilista; depois para a Secretaria ou

Ministério da Fazenda; e finalmente, nove, dez, doze meses decorridos, recebe aviso de terem sido encomendadas as vitrinas, encomendadas à firma que as cotou pelo preço mais baixo, a firma que vai, portanto, entregar as vitrinas, três, quatro ou cinco meses depois, tão mal acabadas que o jeito será encostá-las como material inservível. Em com isto êle desiste de montar a exposição tão carinhosamente estudada e preparada, vencido pelo desânimo, ou por já se haver passado a ocasião propícia, ou por não ter conseguido obter a tempo uma peça essencial, às vezes a sua simples reprodução (por moldagem, por desenho, por ampliação fotográfica).

6. Se o museu tem de adquirir uma peça, por ser de grande interesse histórico ou artístico, ou para completar o roteiro de uma exposição, peça de propriedade de um particular, o processo de compra tem de correr todos os demorados trâmites acima apontados, com a diferença de que neste caso o Tribunal de Contas volta, um ano depois, para exigir um laudo de avaliação firmado por três peritos; mas como o museu não dispõe de verba para pagar estas peritagens (e mesmo que dela dispusesse, o pagamento levaria tanto tempo a sair que nenhum perito se interessaria pela tarefa), e como sem o tal laudo o processo fica paralisado e acabará morrendo, tem-se que lançar mão de um "arranjo", obter de favor, por amizade, a assinatura de três especialistas num laudo que a gente mesmo faz, com o que tudo se concilia e a compra é autorizada; autorizada depois de um ano, um ano e meio. Mas se êste regime de arranjo e acomodação não convém ao museu, muito menos deve ser do interesse da administração pública: embora atenda a algum dispositivo de regulamento ou lei, não deixa de ser decididamente irregular. E é sempre o primeiro passo para um círculo vicioso, pois admitindo-se que a instituição venha a contar amanhã com verba própria para essas peritagens, novo impasse se criaria com relação ao quantos a ser pagos a tais peritos; pela lógica, ter-se-ia de exigir, em cada caso, um laudo de avaliação firmado por três contabilistas ou economistas estranhos aos órgãos fazendários do poder público.

O que de maneira alguma se justifica, por absurdo e incongruente, é o princípio que se tenta firmar de que, um



instituto científico, simplesmente por ser mantido pelo Estado, não tem competência para dizer e avaliar o que lhe convém. Pois se os seus diretores e especialistas não estão em condições de afiançar qual o valor de um aparelho ou de um espécime pôsto à venda por terceiros, como conserva-los nos cargos que ocupam?

### SERVIÇO DE MONITORES

Qualquer que seja a modalidade de exposição de material de museu, exige-se, para maior eficiência do serviço, ou para que se possa realmente falar de utilização cultural, que os visitantes sejam auxiliados, dirigidos e esclarecidos por monitores

1. Este é um dos problemas de mais difícil solução no tocante à utilização cultural de material de museu.

A grosso modo, pode dizer-se que o serviço de monitores dirige-se a três classes de beneficiários do museu:

- a - visitantes estrangeiros, para os quais o monitor é absolutamente imprescindível;
- b - visitantes nacionais, ou da terra, que representam a parte mais considerável da clientela do museu; são eles o que se costuma dizer o grande público;
- c - os visitantes que são levados ao museu na qualidade de escolares e que se dividem, para o nosso efeito, em dois grandes grupos: 1. o dos estudantes universitários; 2. o dos estudantes dos graus primário e secundário.

No caso de estudantes universitários, conforme seja o entrosamento estabelecido entre o museu e a universidade, talvez se possa dispensar o serviço de monitores, desde que tôdas as relações com este grupo, bem como tôda a assistência a lhe ser dispensada, estejam a cargo do próprio pessoal técnico-científico da instituição.

O mesmo se poderá dizer talvez com relação aos visitantes do grupo "a", se não fôr muito alta a sua frequência.

Em caso contrário, ter-se-á que incluir, para êsse fim, algumas pessoas conhecedoras de vários idiomas entre os monitores que se aplicarão aos visitantes "b" e "c2".

Para êstes dois grupos — grande público e escolares do grau primário e médio — é que o problema tem realmente importância. Para êles é que o serviço de monitores tem a maior utilidade e é insubstituível. E sendo tão essencial, constitui-se no entanto num problema dos mais complicados, donde a nossa impressão de que, qualquer que seja a solução, será ela sempre precária e insatisfatória.

2. Supondo-se o caso de um museu de história, como formar um corpo de monitores dirigido ao grande público e um corpo de monitores dirigido aos escolares do ensino primário e secundário? Não há dúvida que ante a presença de dois públicos tão diferentes, evidencia-se a necessidade de monitores com diferente capacidade. Mas vamos admitir, para simplificar, que se cuide unicamente de um corpo de monitores, o destinado aos escolares, na presunção de que êle, sendo capaz do mais difícil, o será do menos, podendo assim atender tanto aos estudantes quanto aos populares.

Onde arrebANHAR os elementos para êste corpo de monitores? Entre os professores da matéria? Entre os especialistas?

Os especialistas, segundo sondagens por nós feitas, em diversos níveis, estão fora de cogitação. É, aliás, o que o senso comum estava a indicar. Não se trata apenas do problema de tempo, mas de uma questão de prestígio, ou se quiserem, de vaidade, de susceptibilidades pessoais. Estão dispostos a dar cursos, isso quando muito, e assim mesmo nem todos.

O mesmo poderíamos dizer dos professores, se uma leve tendência favorável não notássemos entre os do curso secundário, mas precisamente da parte dos menos habilitados, que se mostraram mais interessados em saber quanto poderiam ganhar, a forma de remuneração, a demora nos pagamentos. Estamos convencidos de que os elementos desta origem, a terem de trabalhar por uma forma aleatória, que é a única possível com relação a êles, seriam os

menos aconselháveis para o serviço, em razão da carga de tarefas pela qual já respondem nas suas funções efetivas, das ausências nos períodos de férias escolares (quando aumentam as visitas de estudantes), das faltas eventuais, facilitadas pela ausência de real interesse quanto à remuneração e pela forma por que se faz (por hora ou dia de trabalho), pela inexistência de punições como a perda de “pontos”, e principalmente, por não haver aí qualquer modalidade de estímulo, desde que se trata de função sem maiores perspectivas.

3. O ideal para o museu é um corpo de monitores efetivos.

Mas como conseguiu-lo? Eis um problema que bem merece a atenção dos museólogos brasileiros e que gostaríamos de ver amplamente debatido, no interesse de uma solução razoavelmente satisfatória. A título de contribuição, diremos alguma coisa da nossa experiência no assunto. No relatório referente ao exercício de 1960, do Museu Paulista (destinado a publicação), escreviamos:

*“Tendo tido oportunidade de verificar o nenhum aproveitamento das visitas de escolares ao Museu, por desconhecerem os professores acompanhantes, em geral, a significação das peças expostas ou de fatos históricos com elas relacionados, resolvemos instituir um serviço de monitores para esses grupos de estudantes, indicando-lhes de preferência os dias em que o Museu não está franqueado ao público. Duas funcionárias foram instruídas para dirigir as visitas das classes, uma para a parte de História e Numismática, outra para a parte de Etnologia. Iniciada em fins de junho deste ano esta modalidade de visitas propiciou melhor aproveitamento aos estudantes, e apesar de se não ter feito maior divulgação, registrou-se o comparecimento de 33 estabelecimentos de ensino de vários graus, num total de 1358 alunos”.*

Era evidentemente uma solução precária. Basta referir que uma das funcionárias destacadas para o serviço, por motivo de licença, enfermidade e maternidade, esteve ausente do Museu desde janeiro até maio do ano seguinte. Por algum tempo pensamos que o problema se resolveria mediante a contratação, para o quadro do Museu, de licenciados



em História e Geografia, ou por meio de comissionamento de professores do curso ginasial, igualmente licenciados em História. Mas esta também logo se nos afigurou como solução de resultado duvidoso e ao mesmo tempo de difícil obtenção: o governo, agindo com consciência, não permitiria o comissionamento de doze ou quinze professores, além de que eles se aplicariam a um serviço ao qual poderiam não corresponder, impondo-se em consequência a sua substituição parcial ou total; poderia o governo contratá-los especialmente, mas sem dúvida a ordenados abaixo dos que eles venceriam no magistério, carreira em que, além de férias mais dilatadas, teriam possibilidades de progredir e certeza de sucessivos aumentos de padrões. Por esses e outros motivos não insistimos na idéia.

4. Já uma vez tivemos oportunidade de expor oficialmente as nossas reservas quanto a esta forma de solução; idênticas reservas fomos depois encontrar em autores estrangeiros (Cf. Molly Harrison, "*Education in Museums*", in "*The Organization of Museums practical advice*", Unesco, Paris, 1960, pgs. 82-4), o que põe de manifesto que o problema é de ordem geral. Vamos repetir as nossas dúvidas até onde caibam neste relatório.

Difícilmente na verdade se encontrariam elementos habilitados, com conhecimentos especializados em História, que se sujeitassem a ficar exercendo a função de monitor, sem possibilidade de fazer carreira e progredir na escala dos padrões de vencimentos. Possuindo suficiente habilitação — como é de se exigir — eles igualmente não se conformariam com receber pequena remuneração; ao passo que constituir um corpo de monitores com altos vencimentos também não atenderia às boas normas de administração, e se isso ocorresse só serviria para criar descontentamentos entre os demais servidores, com todos os inconvenientes que daí costumam gerar. É preciso não esquecer que se exige um grupo numeroso, pois os monitores teriam de formar no mínimo cinco ou seis turmas, trabalhando cada uma três horas seguidas por dia, ou duas vezes duas horas com o intervalo de uma, sendo isto o máximo que se pode exigir de uma pessoa que tenha de percorrer, com atenção concentrada em vinte, trinta, quarenta crianças ou adolescentes, as cinco galerias, as vinte salas do Museu, em três pavimentos, subindo e descendo escadas, dissertando, repetindo, res-

pondendo a perguntas, etc. E é preciso prever os substitutos para os que entram em férias, em licenças, os que adoecem, os que faltam ao serviço com ou sem causa justificada, a fim de que não haja interrupção no programa de trabalho.

Se as normas fazendárias do Estado o permitissem, seria talvez o caso de lançar mão, em larga escala, da fórmula que adotamos em 1954 na Exposição de História no Parque Ibirapuera: o pagamento de pro-labore ou gratificação a estudantes da cadeira de História e Geografia da Faculdade de Filosofia para servirem de monitores, três horas diárias e corridas cada um, em turmas de cinco ou seis, cada uma destas turmas tendo a seu cargo, no mesmo momento, grupos de vinte a trinta visitantes. No nosso caso, poderíamos contar agora com a colaboração de alunos de História do Brasil, de Ciências Sociais, de Geografia Humana, etc., de várias Faculdades de Filosofia em funcionamento no município de São Paulo.

Não seria, é verdade, a solução desejável, embora apresentasse a vantagem da renovação periódica dos elementos encarregados da tarefa — uma tarefa que, bem analisada, não oferece qualquer atrativo.

Mesmo assim, fôra preciso, para esta solução, contar com dinheiro em caixa para o pronto pagamento ao se vencer cada mês — o que não parece possível em face das praxes fazendárias.

#### *ESTADO ATUANTE DO MATERIAL DE MUSEU*

Dizemos “*atuante*” ao terceiro estado que o material de museu pode assumir, em função do seu uso para fins culturais. É o que se verifica quando êle passa a agir como que por iniciativa própria, quando êle leva para fora do museu a sua mensagem de emoção e beleza, o seu poder de comunicação, a sua capacidade de instruir e esclarecer; quando êle sai em busca da curiosidade e do interesse do público, do especialista, do estudioso, em vez de permanecer, com as suas faculdades latentes, à espera de visitantes.

Quando isto ocorre, já não se pode dizer que o material de museu se mantém em posição quiescente ou em estado latente, pois que se acha em plena atividade; êle sai

dos arquivos, das gavetas, dos armários, do próprio edifício em que se abriga, para ir cumprir lá fora, em pontos da Cidade, do Estado, do País, ou do Exterior, o papel que lhe compete exercer como instrumento e meio de estudo, de ensinamento, de educação popular, de democratização da cultura.

1. Das numerosas formas de utilização cultural de material de museu, esta é sem dúvida uma das mais importantes e de maior alcance científico, artístico e social.

São muitas as modalidades em que se desdobra, usando-se para tanto de técnicas e meios modernos de comunicação na grande variabilidade de processos oferecidos pela imprensa, pelo cinema, pelo rádio, pela televisão. Além destes meios de comunicação à distância, ou melhor dizendo de apresentação pela imagem e pelo som, o material de museu pode ele próprio exhibir-se nos mais distantes e diferentes lugares, no cumprimento da sua missão educativa.

2. Temos, pois, que no seu estado atuante, o material de museu pode lançar mão de três modalidades distintas de comunicação:

- a. aquela pela qual o próprio material de museu se expõe, poderíamos dizer "*em pessoa*";
- b. aquela em que o material de museu serve de objeto e meio para comunicação à distância, para fins de pesquisa, estudo e divulgação cultural; divide-se portanto esta modalidade em: b 1 (pesquisas e estudos especializados), b 2 (estudos escolares) e b 3 (educação popular);
- c. aquela pela qual o material de museu se apresenta em imagem, ou se representa, nos lugares mais diversos e distantes, valendo-se dos vários processos de reprodução.

Estas três modalidades de apresentação costumam conjugar-se, no todo ou em parte, no esforço de esclarecer, elucidar e educar, segundo a classe de pessoas a que se dirigir o material de museu no seu estado atuante. De acordo com a missão que desempenha — científica, educativa ou de difusão cultural — são igualmente em número de três os meios a que se destina o material de museu: 1. o de

estudos especializados; 2. o de estudos escolares; 3. o de educação popular. E a cada um destes destinos, destas classes de destinatários, o material de museu se dirige sob uma forma diferente.

### PARA OS ESTUDOS ESPECIALIZADOS

A primeira e mais valiosa destas formas de atuação do material de museu é a que decorre da existência da entidade como instituto de pesquisa. Para este fim podem conjugar-se as três modalidades de apresentação (a, b, c.), ou apenas duas (a, b), ou pode ainda ocorrer apenas a segunda delas (b), na verdade a mais usual e efetiva.

1. Assim, o material de museu pode deixar, êle próprio, a sua sede, para expor-se (a) em mostras itinerantes ou com destinos certos, para fins exclusivamente de estudo especializado; esta atividade pode traduzir-se pela remessa a institutos congêneres, por empréstimo temporário, de coleções ou grupos de peças cujo exame seja necessário a determinados estudos (a); pode o material constituir-se somente de peças originais, ou de peças originais e peças reproduzidas — cópias, micro-filmes, moldagens (c); pode ainda ocorrer que estas peças, ou toda uma exposição, sejam complementadas por comunicações escritas, faladas ou sonoras, comunicações baseadas em análises ou estudos feitos sobre o próprio material (c,b).

2. Há o caso, mais comum, de servir o material de museu de objeto e meio de pesquisas e estudos; temos então que êle atua como fundamento de comunicações científicas, especializadas, escritas, faladas ou sonoras (b), com as competentes ilustrações — reprodução tipográfica, cinematográfica, sonora (c). Há ainda o caso de fornecimento, a pedido de institutos interessados ou de estudiosos particulares, de fotografias, micro-filmes, cópias sonoras, cinematográficas, heliográficas, moldagens e réplicas de material de museu (c).

Estas exposições e comunicações, destinem-se ao pessoal de institutos científicos ou aos estudantes de uma cadeira universitária, estarão cumprindo, por uma forma equivalente, a função mais apreciável a quem se destina o material de museu.

3. As comunicações por escrito assumem a forma de respostas a consultas; de publicações periódicas; de publicações em série; de publicações avulsas. Falamos aqui apenas de publicações de caráter especializado, destinadas a estudiosos de todo o mundo, por via direta ou por intermédio de instituições congêneres e de biblioteca públicas. Este é, como se sabe, um dos meios pelos quais se tem tornado realidade cada vez mais concreta e auspiciosa o progresso das ciências, das artes, do pensamento criador.

As publicações desse gênero, sejam periódicas — revistas, anais, boletins — sejam avulsas, servem não somente para registrar e difundir as conquistas feitas no campo dos estudos especializados, mas ainda para ampliar o intercâmbio de idéias e conhecimentos, o que, além de tôdas as vantagens que produz, permite que se evite desperdício e dispersão de esforços, de trabalhos, de buscas e pesquisas; e servem ademais para estimular, pelas sugestões e hipóteses divulgadas, novos empreendimentos construtivos.

#### *PARA OS ESCOLARES E O PÚBLICO*

As três modalidades atrás descritas (a, b, c) de atividade externa do material de museu, pelas quais se manifesta a sua posição atuante, aplicam-se com real proveito às duas restantes classes de destinatários: o mundo escolar (2) e o grande público (3), da própria Cidade, de outras partes do Estado, do País e do Exterior. É por elas, exatamente, que o museu pode assegurar uma dimensão incomensurável, no espaço e no tempo, à sua função educativa. É por elas, finalmente, que o material de museu, no concernente à sua missão cultural, se habilita a testemunhar a mais generosa e admirável capacidade de vida ativa e atuante, em favor da educação moral e cívica, da emoção estética, da instrução popular.

1. Com relação aos escolares, a ação do material de museu pode abarcar uma larga série de cometimentos, mediante o envio de exposições, publicações, filmes, discos, aos estabelecimentos de ensino primário e secundário, às bibliotecas infante-juvenis, a campos de escotismo e locais de reuniões de escolares. Verifica-se neste caso o emprêgo das modalidades a, b e c, numa grande variedade de aplicações, tôdas de inestimável valor educativo.

2. Finalmente, pode o material de museu dirigir-se diretamente ao público, por meio de exposições encaminhadas aos mais variados e distantes lugares em que se verifique concentração de populares, a parques de recreação, a campos de esportes, a grandes estabelecimentos industriais, a lojas de departamentos, a supermercados, a bibliotecas e associações de bairro.

Na magnífica revista "*Museum*" (Vol.X, n.º 1, de 1957), Seiroku Noma publica minuciosa comunicação sobre o êxito alcançado por exposições de arte, organizadas pelo Museu Nacional do Japão e instaladas, pelo espaço de 10 a 20 dias, em lojas de departamentos, de diversas cidades desse país. "Estas exposições — diz ele — acolhidas com grande entusiasmo pelo povo, estão aumentando de ano para ano. A exposição é feita no andar superior dos grandes "*magasins*", em local de 600 a 1000 mts<sup>2</sup>, provisoriamente adaptados para este fim". Como o Museu não pode, por motivos óbvios, estabelecer relações diretas com uma casa comercial, o entendimento é feito por intermédio de um jornal; este, entrando em acôrdo com o "*magasin*", patrocina a exposição, faz a sua propaganda e custeia o empreendimento; a loja fornece o local e responde pela segurança das peças. (Não nos serve absolutamente de consolo surpreender no sr. Seiroku Noma (pg. 42) a seguinte confissão: "Além disso, estas exposições em "*magazines*" dão ao conservador de museu a ocasião de uma apresentação ideal, que seu orçamento não lhe permitiria, de outra maneira, realizar").

3. Ainda no âmbito das suas relações externas com o público, é imenso, como se sabe, o campo que se oferece ao material de museu no tocante às publicações de caráter educativo e de divulgação cultural. Livros, em edições populares e de luxo, guias, catálogos, folhetos, albuns, cartões postais, calendários, reproduções de telas e obras de arte, de quadros vivos, de ambientes reconstituídos, diapositivos, filmes cinematográficos, discos — é realmente grande a variedade de formas de reprodução mecânica a que se presta o material de museu, para fins de difusão cultural, de ilustração, de educação popular.

Nas conclusões da Reunião Regional de Estudos da Unesco sobre a função educativa dos museus, havida no Rio de Janeiro em 1958, figura praticamente tudo o que, com rela-

ção a arte gráfica, fotografias, cinema, rádio, televisão, se pode recomendar neste capítulo; apenas acrescentaríamos a produção de discos de músicas regionais, cantigas de roda, cantos populares, no caso de museus de folclore, de hinos, poesias, alocações patrióticas, no caso de museus de história, para venda popular e fornecimento aos estabelecimentos de ensino, parques infantis, clubes de rapazes. (Não só para este, mas para muitos outros aspectos da museologia brasileira, é de leitura utilíssima aos que trabalham no ramo a resenha publicada por Georges Henri Rivière, Diretor do ICOM, sobre "*Stage régional d'études de l'Unesco sur le rôle éducatif des musées*", Unesco, Paris, 1960).

### EXIGÊNCIAS DAS PUBLICAÇÕES

Excetuadas as comunicações científicas, por meio de revistas, anais, boletins, tôdas as demais formas que o material de museu pode assumir no seu papel atuante de recreação espiritual, de difusão cultural, de educação popular, impõem uma série de exigências.

1. Elas exigem a colaboração de pessoal técnico que normalmente não existe no museu, como roteiristas e cinematografistas especializados em documentários e filmes educativos, fotógrafos artísticos, programadores de rádio e televisão, montadores de albuns e folhetos, desenhistas de capas, vinhetistas, gravadores. Para estes cometimentos, teria portanto o museu de gozar de liberdade de contratação, de retribuição monetária por serviços prestados e de atos equivalentes. Mas isto não acontece.

2. Por outro lado, qualquer das publicações do gênero de que se cuida tem de ser redigida com leveza, com elegância, simplicidade e com certa dose de sabor literário, para o que só por rara coincidência haverá no museu pessoa habilitada. A pobreza em número, a pobreza em qualidade, em expressão literária, em teor artístico que caracteriza a produção gráfica dos museus brasileiros é a prova mais patente de que fatores adversos os impede de realizar neste ramo o de que seriam capazes, tal o adiantamento, o bom gosto, o anti-caipirismo atingido pela nossa arte gráfica.

3. Dêsses fatôres, acabamos de referir os que derivam da deformada e mal inspirada organização oficial dos nossos museus — a carência de pessoas habilitadas no seu quadro, o entrave que lhes opõe o regime de administração pública às necessidades de contratação, aquisição, etc. Este mesmo regime se encarrega, por outro lado, de esterilizar por completo tôda seiva de entusiasmo, tôda decisão, em matéria de publicações e atividades semelhantes, ao obrigar o museu a recolher aos cofres do Estado os resultados financeiros da venda de tais publicações; o que não se faz — trata-se de quinhentos mil ou de apenas cinco cruzeiros — sem o preenchimento de numerosas fórmulas e guias, a serem entregues em prazo certo e que sua vez sujeitam o responsável a ser chamado a contas sob a ameaça de graves penalidades, para justificar atrasos, faltas de “*vistos*” e assinaturas, a existência de um tostão de menos ou um tostão demais.

4. De tudo se conclui que é preciso introduzir modificações nas leis que regem a vida dos museus. Mas se os museus não se movimentam, os poderes públicos continuarão indiferentes à sua sorte.